



Mulheres Negras: um Olhar sobre as Lutas Sociais e as Políticas Públicas no Brasil

JUREMA WERNECK • ORGANIZADORA

Mulheres Negras: um Olhar sobre as Lutas Sociais e as Políticas Públicas no Brasil

Sumário

Apresentação	3
Fernanda Lopes e Jurema Werneck	5
Saúde da População Negra: Da conceituação às políticas públicas de direito.	
Julia Zanetti e Mônica Sacramento	24
Jovens negras: ressignificando pertencimentos, construindo práticas.	
Lúcia Xavier	38
O Papel do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial na Gestão da Política de Igualdade Racial.	
Maria Aparecida de Assis Patroclo	50
Nem tudo que você me dá eu quero e nem tudo que eu quero você me dá: Um ensaio sobre a aceitabilidade do cuidado.	
Nilma Bentes	61
Um afro-negro teorema: Impossível enfrentar o racismo sem desagradar racistas.	
Jurema Werneck	76
Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo.	
Autoras	86



Apresentação

As mulheres negras tem sido parte importante da sociedade brasileira há cinco séculos. Como grupo social específico em defesa de seus interesses ou como parte do amplo contingente negro ou geral que luta por justiça social e inclusão social, sua atuação pode ser vista desde o regime escravocrata até hoje. De fato, as lutas das mulheres negras por equidade se desenvolve ao longo dos séculos e devemos reconhecer que têm sido parte fundamental dos amplos segmentos que constróem cotidianamente o Brasil como nação. Ainda que violentamente invisibilizadas – pois atuam num contexto de racismo e sexismo – colocam a disposição da sociedade séculos de lutas, de pensamento a serviço da ação transformadora. Em seu horizonte, uma sociedade sem iniquidades, sem racismo, sexismo, sem as desigualdades de classe social, de orientação sexual, de geração ou de condição física e mental, entre muitas outras.

Mas reconhecemos que, apesar de muitas lutas, ainda há um longo caminho a ser trilhado para que o Brasil venha a ser um ambiente confortável para a existência de todas. Violações cotidianas de direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais têm como legado os piores indicadores de qualidade de vida concentrados neste grupo particular. O que resulta em uma mobilização que não cessa.

Nesta publicação, Criola oferece uma amostragem da reflexão atual das mulheres negras em torno de sua luta, suas reivindicações pela realização de direitos. Mais especificamente, são propostas de debate em torno de políticas públicas, das formas de luta anti-racismo e anti-sexismo e dos sujeitos políticos que representamos. Longe de esgotar o debate, o que trazemos são provocações, propostas de caminhos, de modo a ampliar a visão que temos do campo em que atuamos.

Assim, pesquisadoras e ativistas aqui reunidas colocam seu pensamento à disposição, em diferentes perspectivas.

O debate – e a luta – continuam.



Saúde da População Negra

Da conceituação às políticas públicas de direito

Fernanda Lopes e Jurema Werneck

"... Na obscuridade do antro, os infelizes, promiscuamente arrumados a monte, ou caíam inânimes num torpor letal, ou mordiam-se, desesperados e cheios de fúria. Estrangulavam-se: A um saíam-lhe do ventre as entranhas, a outro quebravam-se-lhe os membros no choque dessas obscuras batalhas (...) Quando o navio chegava ao destino, o carregamento desembarcava colunas de esqueleto cheios de pústulas, a pele rasgada, comidos de bichos, com o ar parvo e esgazeado dos idiotas. Alguns sem forças eram levados aos ombros como fardo. O Capitão voltando a bordo a limpar o chão, achava os restos, a quebra da carga que trouxera, havia por vezes, cinqüenta e mais cadáveres sobre quatrocentos escravos!" (Oliveira Martins)

A citação acima, extraída dos relatos do historiador português Oliveira Martins (1845-1894) nos permite chamar atenção para dois aspectos em especial. Primeiro, ressalta a violência e a desumanização que se instauram a partir do tráfico transatlântico de africanos como escravos e passam a estruturar as relações sociais envolvendo a população negra entre nós. Segundo, que muito antes dos povos africanos pisarem no solo escravista e passarem a povoar o Brasil, ainda sobre os oceanos, as questões da saúde da população negra (então população africana escravizada) se impunham como tema central e urgente.

Tal urgência estava relacionada tanto aos interesses dos brancos e seus sistemas de exploração colonial e escravista, quanto às necessidades da população negra. Para aqueles, as razões estavam focadas na dimensão econômica, de preservação dos recursos investidos, uma vez que seus produtos humanos foram convertidos em carga perecível. Desde a perspectiva da população diretamente atingida pelo holocausto escravista, mulheres e homens negros, destacava-se a dimensão da manutenção da vida e da saúde. Para esses, tratava-se da necessidade de elaboração de estratégias efetivas de mitigação da dor e sobrevivência. Estratégias que deveriam ser desenvolvidas em diferentes níveis, incluindo a tradução, a adaptação ao meio e a resistência política, essenciais para o autocuidado individual e coletivo e para o aproveitamento dos poucos recursos disponibilizados pelo sistema e ao seu alcance.

Como é de conhecimento de todas e todos, tais iniciativas tiveram eficácia atestada na redução, ainda que limitada, dos impactos da desterritorialização, da superexploração,

da inanição, das torturas e sevícias impetradas sobre os indivíduos e grupos. Contudo, ao longo de todos os anos de vigência do regime escravista, africanas e africanos, afrobrasileiras e afrobrasileiros, tiveram que enfrentar altas taxas de mortalidade infantil, materna e de adultos; epidemias; violência; traumas físicos e psicológicos.

A instauração do regime republicano secundariamente à derrubada do regime de escravidão trouxe novos desafios. A conquista da liberdade por parte de uma população tida como inferior desde as perspectivas eugenistas dos grupos dominantes, bem como a quebra do paradigma economicista que permeava as relações sociopolíticas à época, angariou represálias. Foram inúmeras as deportações e outras formas de violência, o abandono e a desresponsabilização do Estado – e dos brancos que compunham a classe dos senhores – pelos destinos do grande contingente populacional.

Para além do agravante de não mais haver senhores ou o Estado para suprir as necessidades mínimas de africanos e afrobrasileiros libertos, ainda havia a aposta do Estado brasileiro em fazer desaparecer progressivamente as marcas africanas, tidas como inferiorizantes. A eliminação destas marcas incluía, entre outras medidas, a importação de populações não-negras. Com isso, italianos, poloneses, alemães, japoneses, judeus de diferentes nacionalidades fugidos do nazismo e árabes, foram trazidos para o país e aqui se instalaram, durante a primeira metade do século XX, em condições facilitadas¹.

Apesar dos ataques do Estado e de seus representantes, o empreendimento de estratégias de valorização da herança negra, da negritude brasileira e a consolidação de redes de suporte biopsicossocial e econômico por parte das organizações negras, foram eficientes, e seus resultados perduram até os dias de hoje.

As primeiras ações de saúde da população negra

A violência da captura, do tráfico transatlântico e do regime escravista requisitaram o empreendimento de ações que reduzissem seus impactos no campo da saúde. Naquele momento, mulheres e homens negros contavam somente com as técnicas originadas nas visões de mundo e nas práticas culturais (religiosas), recriadas e adaptadas ao meio e às suas condições adversas.

Nos primeiros tempos do trabalho nas plantações, nos aglomerados urbanos ou nos territórios de liberdade (os quilombos), africanos e seus descendentes buscaram adaptar suas práticas de alívio e cura às condições locais, o que faziam apoiados na memória de seus rituais e símbolos e no impulso gerado no contexto da luta por dignidade e liberdade. Assim, a partir de modificações nos rituais que abarcaram não apenas a

¹ Ainda que estes imigrantes tenham encontrado um ambiente adverso de exploração laboral, em alguns casos implicando em violência, é possível reconhecermos que sua experiência não pode ser comparada à vivência de africanos escravizados e afrobrasileiros. Além do que tiveram, entre outras facilidades, acesso preferencial ao emprego livre e à terra.

aproximação de diferentes práticas e matrizes culturais, mas também a utilização dos novos recursos oferecidos pela geografia tropical americana, estabeleceram novos patamares de ação em saúde. Novas folhas, novos animais, novas formas de sentir e traduzir os elementos da natureza e as reações do corpo e suas novas necessidades geraram novos rituais, novas religiões, novos remédios e formas de cuidado corporal e espiritual, unindo passado e presente.

Naquele momento, as inovações eram desenvolvidas a partir das contingências que a escravidão e a liberdade conquistada implicava. Tais elaborações foram fundamentais na manutenção da integridade corporal, nos processos de fortalecimento de indivíduos e grupos para as lutas necessárias e inadiáveis. Atualmente, a memória destas iniciativas preserva-se tanto por meio da medicina popular praticada em diferentes regiões do país, quanto das práticas religiosas de alívio e cura promovidas nas religiões de matrizes africanas ou mesmo naquelas de origem cristã.

As políticas públicas de saúde e a população negra

O histórico de constituição de sistemas de atenção à saúde da população brasileira pode ser percebido como o percurso das lutas empreendidas pela população excluída, onde sempre esteve a população negra, por atenção e participação.

Ao analisar os diferentes modelos adotados pelo Estado brasileiro: Santas Casas de Misericórdia (a partir de 1582), Caixas de Aposentadorias e Pensões/ CAPs (1923), Institutos de Aposentadorias e Pensões/ IAPs (1926), Serviço de Assistência Médica Domiciliar/ SAMDU (1949), Instituto Nacional de Previdência Social/INPS (1966), Plano de Pronto Ação/ PPA (1968), Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social/ INAMPS (1974), Sistema Nacional de Saúde (1975), Programa de Interiorização de Ações de Saúde e Saneamento/ PIASS (1976), Programa de Desenvolvimento de Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde nos Estados/ SUDS(1987), em todos os sistemas verificamos a persistência de estratégias de exclusão da população negra. Dado que negros e negras eram a minoria entre aqueles que detinham vínculos formais de trabalho e a maioria entre os habitantes das regiões onde o Estado estava mais ausente, por exemplo, os estados da região nordeste. Visto por outro ângulo, a constatare mudança de modelos, as diferentes tentativas de se constituir formas adequadas de assistência à saúde da população, mesmo em sua insuficiência, traduzem também sinais da pressão constante que os excluídos fizeram e fazem. Ou seja, nos diferentes momentos, o déficit em relação às necessidades de negras e negros por saúde produziu novas alternativas estatais.

O SUS e a saúde da população negra

Todo o século XX no Brasil foi marcado por diferentes fases e formas de mobilização social em defesa de direitos fundamentais, dentre as quais destacamos as estratégias adotadas por negras e negros para enfrentar o racismo, eliminar a discriminação racial,

garantir igualdade de oportunidades no acesso aos bens potencialmente disponíveis e respeito à diversidade em todas as esferas da vida pública e privada.

Enfrentando violações aos direitos individuais e coletivos ocorridas durante os períodos ditatoriais e fora deles, tais mobilizações acabaram por impactar os conceitos de democracia, de função do Estado e de políticas públicas.

Uma das conquistas fundamentais dos movimentos sociais foi a introdução, na Constituição Federal de 1988, do sistema de seguridade social do qual a saúde figura como direito universal.

De acordo com a Constituição Federal (artigo 196) "a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação". É no contexto dessa nova ordem social focada na promoção do bem de todas as pessoas, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Brasil, 1988, art. 3º, inc.IV), que o Sistema Único de Saúde/SUS é criado.

O SUS foi instituído como uma política de Estado para garantir a saúde como um direito efetivo para todas e todos. A organização de suas ações e serviços tem como diretrizes a descentralização, com direção única em cada esfera de governo; o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; e a participação da comunidade para garantir que políticas, ações e programas respondam adequadamente às necessidades das populações em condições de desigualdade e para que sejam ofertadas ações diferenciadas para grupos com necessidades específicas. Desde o ponto de vista organizativo e programático, a integralidade é o princípio fundamental do SUS dado que garante a todas as pessoas uma atenção que abrange as ações de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação, com acesso a todos os níveis de complexidade do Sistema. E também pressupõe a atenção focada no indivíduo, na família e na comunidade (inserção social) e não num recorte de ações ou enfermidades (Brasil, 2009).

O princípio da equidade em saúde garante a igualdade da atenção, sem privilégios ou preconceitos e impõe ao Sistema a obrigatoriedade de disponibilizar recursos e serviços de forma justa, de acordo com as necessidades em saúde de cada pessoa (Brasil, 2009). Por meio desse princípio há o reconhecimento de que as desigualdades entre indivíduos e grupos demandam abordagens diversificadas como condição essencial para sua redução, sobretudo aquelas consideradas desnecessárias e evitáveis e julgadas injustas, quando da análise do contexto e das condições de saúde dos demais membros de uma sociedade.

A noção de saúde da população negra, cunhada pelo movimento negro na década de 80 e aprimorada pelo movimento de mulheres negras na década de 90, está orientada pela análise sistemática das desigualdades raciais em saúde e no julgamento de que

sua manutenção, ao longo dos séculos, é determinada pelo racismo e outras formas de inferiorização social a ele associadas.

Como afirma Marques (1995, 2007) o racismo opera, basicamente, por meio de duas lógicas: a desigualitária ou da inferiorização e a da diferenciação. Na primeira, ele inscreve os grupos racializados na teia das relações sociais, concedendo-lhes um lugar de inferioridade, desvalorização e menosprezo social. Na segunda, os grupos racializados são percebidos como uma ameaça que deve ser afastada, não lhes sendo admitido qualquer lugar no sistema social. Corresponde a um desejo de rejeição, de exclusão, de distanciamento e, nas situações extremas, de expulsão ou destruição. Para o autor, nesse caso, o outro é considerado poluente, como um corpo estranho, ameaçador da homogeneidade social e dos valores identitários do nós.

É a partir dessa compreensão sobre a operação do racismo e do pressuposto de que saúde e a doença não são fatalidades ou "obras do destino", que ativistas, pesquisadores, profissionais de saúde, gestores negros (em sua maioria mulheres negras) e outros atores políticos, orientam suas ações em busca da equidade, considerando o racismo e a discriminação racial como fatores determinantes das condições de saúde.

Não se trata de utilizar a noção de raça constituída no campo da biologia e da genética ou ressaltar especificidades biológicas, dado que apenas 0,012% das variações genéticas são responsáveis por diferenças entre humanos, de acordo com Witzig (1996). A saúde da população negra, enquanto campo de produção de conhecimento e saberes, atitudes, práticas e estratégias de gestão, é construído e aprimorado a partir da necessidade de compreender e intervir nos impactos do racismo sobre a saúde das pessoas, em particular de negras e negros, de confrontá-los e superá-los como pressuposto para a consecução de uma sociedade efetivamente democrática, menos desigual e injusta.

Saúde da população negra, cronologia das lutas contemporâneas

De forma didática, porém reducionista, uma cronologia das movimentações contemporâneas em torno do estabelecimento de uma política nacional de saúde da população negra vai ser apresentada a seguir. Tal cronologia tem como pano de fundo não apenas as lutas negras da segunda metade do século XX, mas também as demais mobilizações sociais, tanto no plano nacional quanto internacional, por acordos que permitam um horizonte de justiça e equidade racial.

Trata-se de um percurso acidentado, tortuoso, que representa uma multiplicidade de trajetórias, de linhas de força em disputa. Estas linhas envolvem interesses de diferentes sujeitos políticos, diferentes projetos. E mais, somam, em seu desenho complexo, diferentes cenários e circunstâncias, oportunidades perdidas ou conquistadas.

É dessa forma que a linha de tempo descrita a seguir se delinea. Um tempo de múltiplas dinâmicas não poderia ser descrito como uniforme. Assim, o que apresentamos aqui é somente uma versão do que aconteceu. Outros olhares trarão outras interpretações da trajetória negra neste campo. Vejamos a seguir:

Até o início da década de 90 o movimento de mulheres negras tinha o direito à saúde como uma de suas prioridades de luta. A partir do que impulsiona as discussões sobre o direito à vida, os direitos sexuais e reprodutivos, considerando que o racismo e o sexismo imprimem marcas diferenciadas no exercício desses direitos. Logo no início da década são desenvolvidas duas importantes campanhas nacionais, gestadas e disseminadas por este movimento, juntamente com as organizações negras mistas (de mulheres e homens). A primeira intitulada "Não Matem Nossas Crianças", denunciava o extermínio de crianças e jovens negros empreendidas por grupos paramilitares (chamados grupos de extermínio) ou por forças do Estado (as polícias) nos diferentes centros urbanos do país. Esta campanha teve repercussão internacional, suscitando uma mobilização ampla, com forte influência sobre o processo de criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 13 de junho de 1990.

Naquele mesmo ano tem início a Campanha Nacional contra a Esterilização em Massa de Mulheres Negras com o slogan "Esterilização de Mulheres Negras: Do Controle da Natalidade ao Genocídio do Povo Negro", sob a liderança do Programa de Mulheres do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas do Rio de Janeiro. Esta campanha visava denunciar o viés racista das iniciativas de controle populacional, eufemisticamente definidas como de planejamento familiar, empreendidas por organizações não-governamentais brasileiras e internacionais nas diferentes regiões do país. A campanha apontava também o uso irresponsável, e contrário às legislações nacionais e internacionais, de tecnologias contraceptivas experimentais. Entre as principais organizações envolvidas estavam a Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar/ BEMFAM; o Centro de Pesquisas e Assistência Integral à Mulher e a Criança/CEPAIMC, o Centro de Pesquisas sobre Reprodução Humana/ CPARH, o Centro de Pesquisa e Controle das Doenças Materno-Infantis da Universidade de Campinas/CEMICAMP².

Em 1991, outro ator importante se coloca nacionalmente, oferecendo uma nova perspectiva ao conceito de saúde da população negra. Trata-se dos grupos religiosos de matrizes africanas. Isto se dá a partir do lançamento, neste ano, do Projeto Odô Yá, no Rio de Janeiro, voltado para o enfrentamento da epidemia de HIV/Aids. Apoiando-se nas visões de mundo originadas na cultura e religiões afrobrasileiras, o Projeto Odô Yá coordenado pelo Grupo de Apoio Religioso Contra a Aids/ARCA do Instituto de Estudos da Religião/ISER, permitiu uma abordagem inovadora no enfrentamento à epidemia; destacou sua presença e importância na população negra (fato até então desconsiderado

² O trabalho destas instituições contou com o forte apoio financeiro, técnico e político de organizações não governamentais internacionais onde têm destaque a Fundação Ford, a Fundação Rockefeller, o Population Council, a International Planned Parenthood Federation/PPF, Fundação Pathfinder, entre outras. Bem como de organizações multilaterais como Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional/FMI entre outras instituições internacionais.

no âmbito das políticas públicas); além de recuperar o protagonismo da população negra nas ações de manutenção da saúde e de cuidado de si e dos outros.

Em 1995, negros e negras apresentam uma série de demandas ao governo federal por ocasião da Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida. Em resposta a algumas destas demandas, em 1996 o quesito cor é incluído nas declarações de nascidos vivos e de óbito e passa a constar nos sistemas nacionais de informação sobre mortalidade (SIM) e nascidos vivos (SINASC). Também foi uma conquista importante a introdução do quesito cor nos dados de identificação dos sujeitos das pesquisas (resolução nº. 196/96, que versa sobre as Normas de Ética em Pesquisas envolvendo Seres Humanos).

A significativa participação da sociedade civil e do governo brasileiro na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (África do Sul, 2001) ampliou o debate público sobre a questão racial e intensificou as discussões sobre como o setor público poderia estabelecer compromissos mais efetivos e sustentáveis com o combate ao racismo e às desigualdades dele decorrentes.

Em resposta às demandas da sociedade civil, aconteceu em Brasília, em dezembro de 2001, o Workshop Inter-Agencial de Saúde da População Negra, do qual participaram estudiosas sobre desigualdades raciais em saúde, ativistas e especialistas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/PNUD, Organização Pan-Americana de Saúde/OPAS e Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional/DFID. Naquela ocasião foi elaborado o documento "*Política Nacional de Saúde da População Negra: uma questão de equidade*", que se estrutura em quatro componentes interdependentes: produção de conhecimento científico; capacitação dos profissionais de saúde; informação da população; e atenção à saúde.

Para além dos investimentos na área da saúde e atentos às potencialidades daquele momento, DFID e PNUD desenvolveram um trabalho conjunto que resultou na formulação do Programa de Combate ao Racismo Institucional/PCRI³, cujo principal objetivo era fortalecer a capacidade do setor público na identificação, abordagem e prevenção do racismo institucional e a participação das organizações da sociedade civil (grupos, movimentos, universidades e outros) na formulação e no monitoramento das políticas públicas, enfim, no exercício do controle social, em busca da equidade (Lopes e Quintiliano, 2007).

³ O Programa de Combate ao Racismo Institucional (2001-2007) organizou-se em dois componentes inter-relacionados: saúde e municipal. O componente municipal apoiou a integração de ações de enfrentamento ao racismo institucional, com base em experiências municipais de Salvador e de Recife, desenvolvidas em diferentes setores, tais como educação, saúde, cultura, igualdade de gênero, legislativo e justiça. O componente saúde constituiu-se num estudo de caso sobre como o racismo institucional pode ser abordado setorialmente, de modo a permitir as necessárias ligações entre a política federal e seus desdobramentos nos estados e municípios. O propósito desse componente foi contribuir para a redução das iniquidades raciais em saúde, colaborando na formulação, na execução, no monitoramento e na avaliação de políticas de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A inovação que este programa trouxe referia-se, sobretudo, à mobilização de organismos governamentais das esferas federal, estadual e municipal. O PCRI reuniu Ministério da Saúde, Ministério Público Federal, Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, Ministério Público do Estado de Pernambuco. Sem abrir mão do fortalecimento da sociedade civil para a ação de fomento e controle social.

Também em 2001 o Ministério da Saúde publica o *Manual de Doenças Mais Importantes por Razões Étnicas na População Brasileira Afro-Descendente* que, apesar da tiragem insuficiente (dois mil exemplares para distribuição nacional), aprofunda o movimento de respostas institucionais, aportando recursos técnicos e científicos para a organização do sistema.

No início de 2003 foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR que, em novembro do mesmo ano, firma um Termo de Compromisso com o Ministério da Saúde. Nele se reconhece que, para a efetivação do princípio da equidade, o racismo deve ser compreendido como um dos determinantes sociais das condições de saúde, considerando-se também os processos de vulnerabilização aos quais estão expostos os diferentes segmentos populacionais, com destaque para a população negra.

Ainda em 2003 negras e negros participam da 12ª Conferência Nacional de Saúde e garantem a aprovação de mais de 70 deliberações que contemplam a perspectiva racial, de gênero e geração e que se apresentam permeadas pelos princípios da não discriminação em relação à orientação sexual, filiação religiosa, estado ou condição de saúde, porte de alguma deficiência. Para que se compreenda a importância deste fato, destacamos que as conferências são eventos públicos, de caráter periódico, cuja principal função é a definição das diretrizes gerais da política de saúde. Organizadas pelos conselhos municipais, estaduais e nacional de saúde, as conferências são os fóruns onde usuários e usuárias, trabalhadores e trabalhadoras de saúde, governo, prestadores e prestadoras de serviços e outros, discutem os grandes temas da saúde, tais como gestão, financiamento e recursos humanos. É neste espaço de participação e controle social que se deliberam os caminhos para a consolidação do SUS.

Em 2004, por meio de portaria ministerial, foi instituído o Comitê Técnico de Saúde da População Negra/CTSPN, composto por ativistas, pesquisadoras e pesquisadores e especialistas em saúde da população negra, representantes de todas as áreas técnicas do Ministério da Saúde e instituições a ele conectadas, bem como dos Conselhos Nacionais de Secretários Municipais e Secretários Estaduais de Saúde (CONASS e CONASEMS). A função do Comitê é assessorar o Ministério da Saúde na elaboração e desenvolvimento de políticas, programas e ações voltadas para a adequação do SUS às necessidades da população negra.

Ainda em 2004 realiza-se o Seminário Nacional de Saúde da População Negra e a Conferência Nacional de Assistência Farmacêutica, onde se delibera pelo acolhimento das demandas relacionadas ao tratamento de pessoas com doença falciforme e pelo

reconhecimento dos saberes, tradições e práticas da medicina tradicional e da fitoterapia empreendidas por sacerdotes e sacerdotisas das religiões afro-brasileiras.

Em 2005 realiza-se a I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que destaca a importância estratégica dos avanços em saúde para a melhoria da qualidade de vida da população negra; a Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia onde se estabelece a sub-agenda Saúde da População Negra entre as prioridades para investimentos e pesquisas. Ainda nesse ano, membros do CTSPN contribuem decisivamente para o reconhecimento do racismo e das desigualdades sociais que dele decorrem, como fatores catalisadores do processo de vulnerabilização da população negra frente às DST-HIV/AIDS; para a inserção da perspectiva racial no Plano Nacional de Saúde; para a realização do estudo sobre diferenças raciais em saúde cujos resultados foram apresentados por meio da publicação *Saúde da População Negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade* e para a análise dos dados apresentados na publicação *Atlas Saúde Brasil 2005 - uma Análise da Situação de Saúde no Brasil*. Para fechar aquele ano, durante a revisão do Plano Plurianual para 2006-2007 foi aprovada uma linha orçamentária específica para saúde da população negra, onde foram definidos valores para criação e/ou consolidação de redes, com especial destaque para a Rede de Religiões Afro-brasileiras e Saúde; ampliação da participação de negras e negros nos espaços formais de controle social; criação de comitês técnicos de saúde da população negra nos estados e em algumas capitais; realização do 2º Seminário Nacional de Saúde da População Negra.

Em 2006 algumas conquistas foram consolidadas, com destaque para a regulamentação da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme; a Carta de Direitos dos Usuários da Saúde, que ressalta o direito de receber tratamento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação; a elaboração de materiais educativos para a sensibilização de profissionais de saúde quanto ao tema combate ao racismo, a homofobia e as intolerâncias, que passaram a figurar nos debates sobre qualidade da atenção a saúde e formação permanente dos profissionais; foi garantida uma vaga para o movimento social negro no segmento usuários do Conselho Nacional de Saúde/CNS, entre outras.

Neste mesmo ano o Ministro da Saúde, Agenor Álvares, reconheceu pública e nacionalmente a existência de racismo institucional no Sistema Único de Saúde⁴, durante o II Seminário Nacional de Saúde da População Negra realizado no Rio de Janeiro. Neste mesmo ano, por iniciativa das organizações negras, passa-se a marcar o dia 27 de outubro como o Dia Nacional de Mobilização Pró- Saúde da População Negra.

A eleição do Conselho Nacional de Saúde para o período 2006/2009 aconteceu em agosto de 2006. Foram eleitas para a representação do Movimento Negro a Articulação

⁴ "Isso tem que acabar", afirmou o ministro. Segundo ele, a falta de atendimento, ou o atendimento pior e menos humanizado, muitas vezes, é por questão de racismo. "A universalização diz que todos são iguais no seu atendimento, e é por isso que estamos lançando essa política. Esse é o grande desafio que temos no SUS hoje", destacou o ministro. (Fonte: Agência Brasil, disponível no Jornal Irohin, 20/11/2006).

de Ongs de Mulheres Negras Brasileiras/AMNB e as organizações suplentes, Coordenação Nacional das Entidades Negras/CONEN e Congresso Nacional Afro-Brasileiro/CNAB.

Neste período, também conquistaram representação específica no CNS estudantes secundaristas, de graduação e pós-graduação e o movimento em defesa da livre orientação sexual e expressão de gênero. Além destas novidades, é importante destacar que, pela primeira vez na história do SUS as/os representantes titulares de usuários, profissionais de saúde e comunidade científica, prestadores de serviço e entidades empresariais, escolheram, por meio de voto direto, o presidente do Conselho, posto até então ocupado pelo Ministro da Saúde.

Em novembro de 2006 o Conselho Nacional de Saúde aprovou por unanimidade a criação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra/PNSIPN. Estabeleceu-se, a partir deste momento, um novo patamar de atuação política no campo da saúde, uma vez que esta Política consolida a responsabilização do SUS em promover ações afirmativas para alcançar a equidade em saúde para a população negra, destacando ações prioritárias, possibilitando interpelação direta e específica de gestores de saúde nos diferentes níveis e seu monitoramento detalhado por parte das organizações negras, do movimento negro e outros atores estratégicos.

Em 2007, com a realização da 13ª Conferência Nacional de Saúde, solidifica-se a compreensão da PNSIPN como um dos instrumentos de consolidação da unicidade do Sistema e da consecução dos princípios de integralidade e equidade na promoção e na atenção à saúde. Esta Conferência aponta também as diferentes áreas de abrangência da saúde da população negra, com destaque para as ações específicas relacionadas à: garantia do acesso universal à promoção, prevenção, tratamento da infecção pelo HIV e ao apoio às pessoas com aids; diagnóstico e assistência às pessoas com doença falciforme; prevenção, vigilância e enfrentamento da violência, incluindo a violência de gênero contra mulheres; qualificação da informação em saúde (preenchimento e monitoramento da variável raça/cor/etnia) e utilização do quesito cor como instrumento de gestão; às necessidades em saúde específicas das populações quilombolas e ribeirinhas. No evento também foi reforçado o reconhecimento e incorporação das visões de mundo e práticas de saúde elaboradas pela cultura afrobrasileira, bem como o reconhecimento da contribuição de religiosas e religiosos de matriz africana para a construção e consolidação das práticas de promoção à saúde, acolhimento, cuidado e alívio do sofrimento físico, mental ou espiritual.

Em 2008 instala-se, no Conselho Nacional de Saúde, a Comissão Intersetorial de Saúde da População Negra (Resolução número 393 de 22 de fevereiro de 2008) formada por gestores das três esferas de gestão – representantes do MS, CONASS e CONASEMS, profissionais de saúde e ativistas do movimento de mulheres negras, movimento negro, LGBT, de portadores de patologias. Esta Comissão tem a função de assessorar o CNS no monitoramento da PNSIPN.

Nos últimos anos, todas as mobilizações políticas para a consolidação do campo de saúde da população negra, contribuíram para o fortalecimento do trabalho em rede. Várias articulações nacionais e locais têm-se dedicado especificamente ao avanço dessas discussões e ao controle social das políticas públicas de saúde, com foco no enfrentamento do racismo e promoção da equidade. São exemplos: Rede Lai Lai Apejo – Aids e População Negra (criada em 2002); Rede Nacional de Religiões Afrobrasileiras e Saúde (criada em 2003), Rede Nacional de Controle Social e Saúde da População Negra (lançada em 2007, durante a 13ª Conferência Nacional de Saúde); Rede Nacional de Promoção e Controle Social de Saúde das Lésbicas Negras - Sapatá (criada em 2008). Estas Redes associam-se às diferentes organizações de mulheres negras e do movimento negro que também atuam no campo da saúde; às organizações voltadas para a promoção da saúde e atenção às pessoas com doença falciforme, além de outras organizações e expressões do movimento social, espalhadas pelo país e articuladas nacionalmente.

Diferentes conceitos em um: a complexidade da saúde da população negra como um campo de ativismo, conhecimento, saberes e práticas, estratégias de gestão e controle social

As diferentes disputas políticas envolvendo a consolidação da saúde da população negra como um campo de produção, consolidação e disseminação de conhecimento, saberes e práticas, desenvolvimento e implementação de estratégias de gestão e controle social ao longo das diferentes épocas aconteceram, não apenas na esfera das mobilizações políticas, mas também na esfera conceitual. O que esteve – e está – em jogo ao longo de toda história foi a prerrogativa de negras e negros em definir saúde da população negra como um campo teórico-conceitual capaz de influenciar ciência, gestão pública e a ação política. Esta prerrogativa, constantemente atacada por diversos setores, tem requisitado constante explicitação dos elementos e pressupostos adotados pelos sujeitos que protagonizam a formulação em curso, com destaque para a dimensão dialógica, democrática e emancipatória do processo. São inúmeros contextos e horizontes políticos que se fundem, sem perder sua identidade, para alcançar metas comuns, para construir justiça social e consolidar um ambiente democrático e efetivamente igualitário desde o ponto de vista dos direitos.

Alguns dos elementos conceituais envolvidos no campo da saúde da população negra serão apresentados a seguir.

Raça/Racismo

Já tem sido exaustivamente assinalada a obsolescência de raça como conceito baseado em características físicas biologicamente determinadas. Já se comprovou também, por diferentes meios, a desvinculação entre biologia ou genética e a produção de injustiças

ou desigualdades. O que significa dizer que as diferentes tonalidades de pele ou outras variações atribuídas à raça não são suficientes para determinar ou explicar as condições de subordinação a que os grupos de pele escura estão submetidos no Brasil e em diferentes partes do mundo. Assim, a definição de raça como uma construção social implica a denúncia da existência e atuação de um sistema complexo de hierarquização social que utiliza características biológicas específicas como marcadores de diferenças e desigualdades hierárquicas entre grupos humanos, sistema este denominado *racismo*. No Brasil, sob a égide do seu significado social e legitimada pela ideologia do racismo, estabeleceu-se a inferioridade da raça negra, a partir da qual descendentes dos diferentes povos africanos trazidos como escravos passaram a ser agrupados no estrato inferior da hierarquia sociorracial.

O que se assinala é que o conceito de raça operacionaliza a vigência do racismo, permitindo sua naturalização, manutenção e disseminação. Portanto, por se tratar de um sistema político-ideológico, fica explícito que, para além da criação de programas e políticas de inclusão social e combate às desigualdades raciais, o enfrentamento ao racismo vai demandar dos vários atores e sujeitos políticos, ações capazes de intervir nos contextos e transformar as sociedades, as interações e dinâmicas que têm lugar num dado território, as formas de manejo das esferas econômica, política e cultural, bem como a rearticulação do imaginário social com vistas a incluir representações mais justas e adequadas dos diferentes grupos humanos.

Racismo Institucional

Também chamado de racismo sistêmico ou estrutural, é um conceito criado por ativistas negros⁵ para assinalar a forma como o racismo penetra as instituições, resultando na adoção dos interesses, ações e mecanismos de exclusão perpetrados pelos grupos dominantes através de seus modos de funcionamento e da definição de prioridades e metas de realização.

No caso da maioria dos países da Diáspora Africana – no Brasil inclusive – este conceito aponta, além do privilégio branco, as ações impetradas por esse grupo para o controle, manutenção e expansão de seus privilégios por meio da apropriação do Estado, das instituições e organismos que o representam, que lhe dão operacionalidade.

Desta perspectiva, a apropriação do Estado e das políticas públicas assume relevância como ferramenta de manutenção do *status quo*. Contexto em que é essencial considerar o papel das instituições educacionais, políticas e de segurança pública, sem excluir os demais setores e, tampouco a esfera privada, onde o mercado de trabalho tem grande peso.

⁵ Carmichael, S. e Hamilton, C. **Black power: the politics of liberation in America**. Nova Iorque: Vintage, 1967, p. 4.

O racismo institucional é, segundo definição presente num dos mais importantes documentos do Reino Unido sobre o tema, o Relatório MacPherson, a incapacidade coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado ou profissional às pessoas devido à sua cor, cultura ou origem étnica. Ele pode ser visto ou detectado em processos, atitudes e comportamentos que contribuem para a discriminação através de preconceito não intencional, ignorância, desatenção e estereótipos racistas que prejudicam minorias étnicas. (Commission for Racial Equality, 1999, p.2)

Ele não é uma escolha explícita empreendida no momento de cada ação cotidiana. Ao contrário, ele está embutido nas escolhas institucionais feitas a priori e que determinam o funcionamento de "políticas, procedimentos, operações e a cultura de instituições públicas ou privadas, reforçando estereótipos, preconceitos individuais e sendo por eles reforçado". (FireFighters, 2000, p. 26). Ou seja, o racismo institucional pode ser descrito como os trilhos (a estrutura, as decisões *a priori*) a partir do que os diferentes destinos e caminhos (as políticas e ações) são desenvolvidos.

Dignidade

Uma das principais perspectivas que norteia as lutas e reivindicações por igualdade ou equidade empreendidas por mulheres e homens negras e negros na sociedade brasileira é o sentido de dignidade. Compreenda-se dignidade como um valor variável que reúne aquilo que diferentes grupos e indivíduos reconhecem como patamares mínimos de conforto cotidiano, que implica aspectos da vida material e psicossocial, não excluindo questões políticas, culturais e da relação com o sagrado.

A dignidade como valor é construída socialmente sob influência de fatores culturais, econômicos, políticos, históricos e pode ser verificada na concretude das ações cotidianas. Não se confundindo, ou restringindo, aos padrões de consumo material, a dignidade do ser humano repousa sobre o seu ser real. Seu sentido amplia as construções acerca dos direitos humanos, agrega aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, convoca as sociedades a reconhecer demandas pela efetivação de direitos que se realizam tanto individual quanto coletivamente. Ainda que o valor da dignidade carregue uma visão mais totalizante e profunda sobre os direitos humanos, para além da esfera das normatizações e das legislações, é importante destacar que seu valor precede o do direito. Reconhecendo que ao definí-los em 1948, as Nações Unidas estabeleceram uma importante ferramenta para obrigar os Estados a reconhecer e assegurar a expressão direta dessa dignidade, dado que é uma demanda concreta para que a vida seja vivida de forma plena.

O resgate do conceito de dignidade da pessoa aponta para a necessidade do desenvolvimento de uma consciência social sobre a irredutibilidade do ser humano, de seus valores e outros atributos éticos; sobre a indivisibilidade dos seus direitos, de suas necessidades e expectativas. Na verdade, trabalhar para a promoção da

dignidade implica uma melhor compreensão daquilo que há pelo menos um século já foi estabelecido por meio de acordos e convenções internacionais, leis nacionais e outros instrumentos legais.

É a partir do reconhecimento de sua dignidade e de seu *status* de sujeito de direito que negras e negros, a despeito da profusão de violências, desvalorizações e violações de direitos que lhes atingem, permanecem protagonistas tanto na esfera da micropolítica e nas ações de transformação do cotidiano, como nas macro-mobilizações sociais com vistas à reestabelecer, minimamente, os patamares confortáveis para sua existência individual e coletiva, desde a perspectiva político-ideológica, cultural e ontológica. O sentido de dignidade obriga o reconhecimento de negras e negros como seres humanos integrais e a sua inserção como participantes ativos, protagonistas, das ações de reversão dos impactos do racismo e do sexismo, das desigualdades e na formulação e acompanhamento de políticas públicas.

O que se assinala aqui é que o respeito ao princípio da dignidade implica a transposição de barreiras para que se realize o melhor possível, orientado por princípios dentro do escopo da ética, do direito e da lei. A formação e educação permanente dos gestores, profissionais dos diversos setores e da sociedade como um todo, com forte impacto na amplitude e na qualidade da ação pública e da prestação de serviços públicos.

Interseccionalidade

Trata-se de um conceito disponibilizado para análises ao longo do processo de preparação da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (ONU, 2001). Elaborado por Kimberlé Crenshaw no final da década de 80, a *interseccionalidade* "traduz as várias formas como raça e gênero interagem para moldar as múltiplas dimensões das experiências" das mulheres negras (Crenshaw, 1991, p. 2). Sua utilização como ferramenta de análise permite visibilizar a complexidade da vivência cotidiana, que cria um contexto híbrido e fluido onde diferentes pessoas e grupos existem, se articulam e empreendem suas lutas por melhores condições de vida.

Um aspecto que a interseccionalidade permite destacar é a impossibilidade de se isolar qualquer um dos fatores atuantes na vida de indivíduos e grupos no extremo da marginalização social, seja raça, cor, etnia, gênero, classe social, vida com HIV e AIDS, porte de deficiência ou qualquer outro, em detrimento da percepção da complexidade e das correlações e potencializações entre eles.

A utilização do conceito de interseccionalidade permite dar visibilidade às diferenças – desigualdades e privilégios – entre grupos populacionais e no interior das diferentes populações. Desse modo, possibilita a elaboração de respostas orientadas pelas vivências e necessidades de grupos específicos. A adequação das respostas permite também o confronto às desigualdades que se estabelecem tanto no plano geral da sociedade quanto no interior dos grupos, permitindo também maior resolutividade das

ações e programas, eficiência e eficácia na execução, monitoramento e na avaliação de políticas públicas.

É importante assinalar que a elaboração, o aprimoramento e/ou a apropriação desses conceitos no percurso de consolidação do campo saúde da população negra não ocorreu – e não ocorre - de forma linear. De fato, a par da luta política subjacente às escolhas conceituais, é preciso ressaltar que a uniformidade ou linearidade possível refere-se tão somente à necessidade de angariar amplas ferramentas úteis para abordar o fenômeno complexo dos impactos do racismo na saúde; de reiterar a necessidade de refundar culturas institucionais em bases democráticas e inclusivas, bem como de estabelecer novos patamares de ação anti-racismo, diante do consenso social acerca da urgência de seu enfrentamento por todos os meios e instrumentos, com a participação de vários e diversos sujeitos.

Os diferentes conceitos e aproximações acima descritos colaboram para qualificar a abrangência do conceito de saúde da população negra. E mais, ao apontar sua complexidade, colaboram principalmente para a constituição de um espectro amplo de ferramentas de gestão e de controle social capazes de apontar novos e antigos horizontes em busca da equidade em saúde no país.

Desafios para a promoção da saúde integral da população negra

Como vimos, em novembro de 2006 o Conselho Nacional de Saúde aprovou, por unanimidade, a instituição da **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra** (PNSIPN) cujo objetivo geral é promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais em saúde, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS (Brasil, 2007).

De imediato, apresenta-se como um desafio para o desenvolvimento eficiente, eficaz e resolutivo da PNSIPN a compreensão sobre o que é racismo institucional. E, principalmente, o estabelecimento de mecanismos capazes de fomentar uma nova cultura institucional não discriminatória e efetivamente democrática. O que implica romper com a naturalização do viés discriminatório das políticas públicas e das ações do Estado. Estes são requisitos inadiáveis para a constituição de mecanismos de gestão (incluindo monitoramento e avaliação) coerentes com os objetivos da Política e das lutas negras no campo da saúde até aqui.

Para além do desenvolvimento de estratégias para a identificação, abordagem e enfrentamento do racismo na saúde, é preciso garantir:

- a realização de um diagnóstico sobre a situação de saúde da população local, definição daquilo que se pretende alcançar e estabelecimento de metas para se

alcançar a situação desejada. É necessário que, em todas as etapas do processo, haja participação da comunidade e que sejam consideradas, entre outras variáveis de análise, o quesito cor (Lopes, 2007). O uso do quesito cor na intersecção com outras variáveis tais como sexo, idade, ocupação, escolaridade, local de moradia, entre outras, é essencial para identificar necessidades e demandas, definir prioridades, alocar recursos e promover mudanças nos processos de trabalho.

- a adoção de metodologias participativas para a identificação de lacunas, obstáculos, carências e definição, contando com a participação de diversos atores políticos, dos problemas prioritários para cada um dos segmentos populacionais considerados.
- a seleção de diretrizes, o desenvolvimento de alternativas de ação e o estabelecimento de responsabilidades.
- a definição de metas específicas para reduzir as iniquidades no interior dos grupos populacionais (intra grupos) e entre eles (inter grupos).
- a construção de indicadores quantitativos e qualitativos para o monitoramento das ações, programas e políticas. É por meio do acompanhamento dos indicadores que gestores, profissionais e a sociedade como um todo, podem verificar se as intervenções foram justas e adequadas às necessidades de todos e todas, se os resultados foram satisfatórios e equitativos para cada um dos segmentos populacionais considerados e, em última instância, se houve ou não alterações no quadro de iniquidades.

Como dito anteriormente, na vigência do racismo, outras formas de inferiorização social têm as suas ações e efeitos modificados. Quando da intersecção de vários fatores, os impactos negativos podem ser ainda mais nocivos à saúde. Em função disso, afirmamos que o isolamento dos fatores, apesar de permitir a simplificação de diagnósticos, ações e políticas, termina não apenas excluindo pessoas e grupos, como principalmente, privilegiando, no interior destes grupos, àqueles sub-grupos que já se encontram em posição de vantagem. Logo, é essencial que tanto os profissionais de saúde, quanto os tomadores de decisão, estejam bem formados e habilitados para que o serviço prestado tenha qualidade, seja equitativo, orientado pela ética, pelos princípios da humanização e da não discriminação.

Do ponto de vista da operacionalização da Política, também é importante que haja compromisso dos gestores, liderança e pactuação. Afinal, a lógica do SUS é da gestão compartilhada e com responsabilidade sanitária. A definição de um locus institucional específico tal qual a Assessoria Permanente para a Promoção da Equidade Racial em saúde, aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde no município de Salvador e em vias de institucionalização; uma Gerência Operacional de Atenção à Saúde da População Negra como a instalada no âmbito da Superintendência de Atenção à Saúde na Secretaria de Saúde do Recife; uma Área Técnica de Saúde da População Negra, como

aquela criada na Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, são essenciais. Seguindo o exemplo do que ocorre no âmbito federal e em alguns estados e municípios, é preciso que seja constituído um espaço de assessoria técnica permanente – um Comitê Técnico de Saúde da População Negra - para garantir o seguimento da PNSIPN. A ação dos Comitês é complementar e não substitutiva ou concorrente àquela exercida pelas Comissões Intersetoriais instaladas nos Conselhos de Saúde. Na esfera federal existe a Comissão Intersetorial de Saúde da População Negra instalada, como dito anteriormente, por meio de portaria ministerial, no âmbito do Conselho Nacional de Saúde/ CNS. Importante frisar que o CNS estimula a criação de comissões semelhantes nos estados e municípios.

De todos os desafios ora apresentados o maior é garantir que o SUS se mantenha enquanto política de Estado. Como afirmou Werneck em artigo publicado no Jornal Irohin:

"A defesa do SUS se coloca então como fundamental neste momento. Pois quando falamos de saúde da população negra em seus diferentes aspectos, temos que ter no horizonte a constatação de que sem o SUS muito pouco poderá ser feito. E isto não é uma questão de técnicos, é sim política. As organizações negras e sua mobilização devem explicitar cada vez mais suas pautas e ações de defesa das políticas públicas e do SUS como questão de princípio e de sobrevivência. É preciso pressionar, denunciar, não permitir recuos nas políticas municipais, estaduais e federais. É preciso ter em mente o que já foi feito e já foi dito: "Como alguém que tenha vivido entre camponeses ou favelados sabe muito bem, a saúde do povo é influenciada muito mais por políticos, grupos de poder e pela distribuição da terra e da riqueza do que é pela prevenção e tratamento de doenças".

Bibliografia

- Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 out., 1988. Disponível em URL: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm
- Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde. **O SUS de A a Z: garantindo saúde nos municípios** – 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. 480 p.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**, 2007. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/publicacoes/politicapopnegra.pdf (acessado em 30 de julho de 2008).

- Carmichael, S. e Hamilton, C. **Black power: the politics of liberation in America**. Nova Iorque: Vintage, 1967.
- Lopes F. Se você me nega, eu me assumo. O direito à saúde e a busca por justiça social. **Jornal Irohin**, número 18. Disponível em <http://www.irohin.org.br/imp/template.php?edition=18&id=50>.
- _____. Vamos fazer um teste: qual é a sua cor? A importância do Quesito cor na saúde. In: Batista, Luis Eduardo. **Saúde da População Negra no Estado de São Paulo**. Boletim Epidemiológico Paulista- BEPA. São Paulo: CVE, maio 2007, número 4, supl.1. p.84-88.
- Lopes F e Quintiliano R. Racismo institucional e o direito humano à saúde. **Democracia Viva**, 2007, n. 34, pp. 8-16.
- _____ e Werneck J. Mulheres jovens negras e vulnerabilidades ao HIV/Aids: o lugar do racismo. In: Taquette, S (org.). **Aids e Juventude: gênero, classe e raça**. Rio de Janeiro, EdUERJ, pg.247-266. (no prelo).
- Marques JF. **Os dois racismos dos portugueses**. Actas do Atelier do Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas. Reflexividade e Acção Atelier: Migrações e Etnicidades. Coimbra, 2007.
- Marques JF. O estilhaçar do espelho. Da raça enquanto princípio de compreensão do social a uma explicação sociológica do racismo. **Ethnologia**, nova série (3-4), 1995, p. 39-57.
- Werneck J. Iniquidades raciais em saúde e políticas de enfrentamento: experiências do Canadá, Estados Unidos, África do Sul e Reino Unido. In: Fundação Nacional de Saúde/ FUNASA. Lopes F (org). **Saúde da População Negra no Brasil**. Brasília: FUNASA, 2005, p. 315-386.
- _____. **Nem Gênero, Nem Raça: mulheres negras como sujeitos das políticas públicas**. Rio de Janeiro, AMNB, 2007. (mimeo)
- _____. Sem o SUS não há saúde da população negra. **Jornal Irohin**, número 11. Disponível em <http://www.irohin.org.br/imp/n11/21.htm>.
- Witzig R. The Medicalization of Race: Scientific Legitimization of a Flawed Social Construct. **Annals of Internal Medicine**. 15 October 1996, Volume 125, Issue 8, pp. 675 – 679.



Jovens negras: ressignificando pertencimentos, construindo práticas...

Julia Zanetti e Mônica Sacramento

O presente texto é resultado de nossas reflexões em torno dos estudos sobre as relações raciais e de gênero no campo da juventude. Ao propormos uma discussão sobre os impactos do racismo e do sexismo nas trajetórias individuais e coletivas de jovens mulheres negras¹ pretendemos sublinhar alguns aspectos sobre a ressignificação da identidade juvenil nos movimentos feminista e negro, indagando sobre suas estratégias e mecanismos de negociação na busca de legitimidade intra movimento e de conquista de direitos no conjunto mais amplo da sociedade brasileira.

Como percurso de análise propõe-se, inicialmente, a retomada das discussões sobre a construção social da juventude enquanto identidade, apresentando as diferentes concepções e expectativas relativas a esta fase da vida. O recorte adotado articula a identidade juvenil às de gênero e raça, ainda pouco freqüente na produção científica brasileira.

A seguir, toma-se como referência a premissa de que práticas racistas, adultocentristas e sexistas, vivenciadas em diferentes espaços de sociabilidade, reforçam os lugares de pobreza, subalternização e desconforto em relação aos próprios pertencimentos, traduzindo-se em desigualdades sociais estatisticamente mensuráveis.

Localizados alguns desafios enfrentados pelas jovens negras na construção de uma identidade positiva, apresentam-se os exemplos do ENJF (Encontro Nacional de Jovens Feministas) e do ENJUNE (Encontro Nacional de Jovens Negros), como expressões de ação coletiva juvenil que possibilitam o fortalecimento identitário e a transformação de práticas sociais.

Ressignificação da Identidade Juvenil

As expectativas sociais direcionadas à juventude encontram-se vinculadas aos modelos adotados pelas sociedades como valor em seu tempo e contexto, quer seja no sentido de modernização, quer seja no sentido de conservação de aspectos sociais e culturais.

¹ Neste artigo, adotamos a categoria "Negros(as)" no sentido político-ideológico, compreendendo os grupos de pretos(as) e pardos(as), conforme classificação racial adotada pelo IBGE.

Ao longo da história, diferentes representações têm sido atribuídas à juventude. Vistos, simultaneamente, como sujeitos potentes para a revitalização (Mannheim, 1968) e como promotores(as) de instabilidade social, observa-se que aos(às) jovens e às suas ações associam-se desejos de transformação, continuidade e tentativas de compreensão de mudanças na ordenação social em determinado contexto histórico, tendo como referência as práticas juvenis².

Nessa perspectiva, o lugar atribuído à juventude, por muitas vezes, encontra-se no campo da construção autônoma e coletiva, ou, meramente, na execução de pautas propostas por adultos.

Sendo a juventude uma condição da modernidade, como categoria social seu surgimento vincula-se à sociedade industrial e às novas institucionalizações sobre o tempo. Em especial, percebe-se um aumento de estudos nos campos da psicologia e da sociologia com objetivo de compreender as mudanças societárias decorrentes destes processos tomando como foco a juventude. Tais análises baseavam-se em noções como a de vulnerabilidade, de instabilidade e potencial de transformação da etapa juvenil. Consideravam como modelo privilegiado um jovem do sexo masculino, ocidental, branco pertencente às classes médias.

Ao longo das últimas décadas, a literatura latino americana sobre políticas de juventude tem sido marcada por diferentes abordagens a respeito deste grupo, que iniciam-se com o entendimento da juventude como um período preparatório para a vida adulta. Passam pela percepção desta como uma etapa problemática e, só muito recentemente, a partir de meados da década de 1990, os(as) jovens passam a ser vistos(as) como sujeito de direitos, com necessidades, potencialidades e demandas singulares, o que não representa a plena superação das concepções anteriores. (Abramo, 2005).

A partir desta nova abordagem, as questões referentes à condição juvenil³ começam a adquirir relevância, contribuindo para que os debates sobre juventude, principalmente relacionados a políticas públicas, ganhem visibilidade envolvendo diversos atores e arenas públicas.

No cenário brasileiro, destaca-se em 2005, o lançamento da Política Nacional de Juventude⁴, formada pela criação do ProJovem – Programa de Inclusão de Jovens; da

² Um exemplo desta referência com foco na juventude visando compreender os processos sociais é apresentado por Passerini (1996) ao discutir a construção do conceito de juventude nos contextos das décadas de 1930/1940 na Itália fascista e nas décadas de 1950/1960 nos EUA. A autora aponta convergências nos discursos sobre os jovens apesar da descontinuidade temporal e espacial.

³ Cabe realizar a distinção entre condição e situação juvenil. A primeira refere-se aos modos de representação dos sujeitos jovens em determinada sociedade e modelo cultural. Já a segunda, diz respeito às formas múltiplas e desiguais de experimentar a condição juvenil a partir de diferentes recortes, como por exemplo: de classe, gênero, raça, local de moradia, entre outros.

⁴ Consultar www.juventude.gov.br/

Secretaria e do Conselho Nacional de Juventude. Mais recentemente, em abril de 2008, registra-se a realização da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.

Considerando a multiplicidade de sujeitos e contextos, autores como Pais (1993), Margulis e Urresti (1998) alertam para existência de *juventudes*. Em virtude da heterogeneidade dos aspectos econômicos, culturais e sociais, a noção de juventude, entendida aqui como sujeito de direitos, deve incorporar "*contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos em seu contexto social*". (Dayrell, 2003).

Jovens Negras: identidades entrecortadas

"O racismo, o sexismo, o adultismo que temos em nós se manifesta de forma sutil, não é necessariamente intencional e percebido, mas dói, é sofrido por quem os recebe, então são violências. E marca de forma indelével as vítimas, que de alguma forma somos todos nós, mas sempre alguns, mais que os outros, como as mulheres, os negros, os mais jovens e os mais pobres". (CASTRO, 2005: 11).

A análise da especificidade das jovens negras faz-nos constatar a posição de intersecção em que se encontram. Entrelaçados de forma indissociável em uma complexa trama estão seus pertencimentos de raça, gênero e geração. Tais elementos mediam em diferentes espaços de socialização, a vivência, em maior ou menor medida, de violências físicas e simbólicas que afetam sua construção identitária no que se refere às percepções de si e de seu lugar na sociedade.

O processo de socialização dos indivíduos e de construção de identidade(s) requer uma compreensão histórica dos contextos em que se produziram alguns estudos.

Ao longo da trajetória das ciências a problemática em torno do processo de construção da identidade vem sendo objeto de manipulação político – ideológica, do ponto de vista das populações consideradas "*subalternas*", em especial, as mulheres, os povos indígenas e a população negra.

A exaltação da diferença impactou a dimensão social configurando diferentes "*posições do sujeito*" surgidas das divisões e antagonismos sociais. A construção de narrativas a respeito do "*outro*" (orientais, negros(as), bárbaros(as), mulheres, jovens) se coloca como estratégia para o reforço do "*nós*", estabelecendo-se rupturas temporais, políticas e geográficas. Trata-se do reconhecimento do "*outro*" pela negação.

A adoção de um modelo global: euro-centrado, ocidental, cristão, racionalista, masculino, adulto, sexista e racista constituem-se como tentativa de justificação da dominação não só geopolítica como também epistêmica e das desigualdades entre os indivíduos.

Nascimento (2003), ao discutir as dimensões do racismo e do sexismo, relembra o contexto histórico de justificação das subalternidades como:

"... um processo que vai além de tornar 'naturais' as desigualdades sociais. Identifica os grupos discriminados com a própria natureza, em oposição ao ser 'humano', e representa como subumanas ou animais como as pessoas cujos corpos trazem as marcas identificáveis". (Nascimento, 2003: 67)

Desta forma a identidade, se considerada única e euro-centrada, torna-se instrumento de dominação política e cultural, obedecendo a padrão que considerava como "*inumanos universais*", nos termos de Sodré (1999:54), os sujeitos e grupos que reuniam os qualificativos referentes ao "*não homem*".

Baseada nesta premissa, a autora chama a aten o para as semelhanças entre as lógicas com as quais operam o racismo e o sexismo, tanto no que se refere   discrimina o⁵, observadas através das desigualdades sociais estatisticamente mensuráveis, como também em esferas mais amplas reveladas, explícita ou implicitamente, através de "*determina es e condicionamentos às possibilidades e às perspectivas de vida das pessoas e dos grupos humanos envolvidos*". (Nascimento, 2003:66)

Para as jovens negras, acreditamos que o *ethos*⁶ constituído a partir do supremacismo branco, do patriarcalismo e do adultocentrismo modela suas escolhas, que não se dão de forma aleatória, sem história, distanciadas das condi es sociais, pessoais e familiares. Esta media o entre os referenciais que orientam sua forma de agir e dos grupos a que pertencem interfere no seu campo de possibilidades, conformando identidades e trajetórias de vida.

Quando racismo, sexismo e adultocentrismo se conjugam, as conseq ncias danosas se multiplicam, provocando uma espécie de "*asfixia social*" para estas jovens. Estes efeitos se manifestam em seqüelas emocionais com danos   saúde mental, rebaixamento da auto-estima, expectativa de vida menor, menor  ndice de nupcialidade e, sobretudo, no confinamento nas ocupa es de menor prestígio e remunera o. (Castro, 2006)

No contexto brasileiro, a ausência de uma reflexão que articule as rela es raciais, de gênero e geracionais em diversos espaços de sociabilidade tem impedido a promo o de rela es interpessoais respeitáveis e igualitárias entre as pessoas que integram o

⁵ Neste artigo toma-se o conceito de discrimina o como a prática efetiva do preconceito baseada nas concep es de racismo, sexismo e adultocentrismo. A discrimina o constitui-se, portanto, como a ado o das práticas que os efetivam. Algumas autoras (Jaccoud e Begin, 2002; Gomes, 2005) fazem distin o entre a discrimina o direta e indireta. A primeira diz respeito a atos concretos de discrimina o determinados por um ou vários elementos – cor da pele, idade, gênero. A indireta   aquela que resulta em desigualdades, estando relacionadas aos estereótipos atribuídos aos grupos nos espaços administrativos e institucionais.

⁶ Considera-se neste trabalho o conceito de *ethos*, proposto por Bourdieu, como o conjunto de princípios interiorizados que guiam nossa conduta de forma inconsciente.

cotidiano de nossa sociedade. O silêncio sobre os impactos destas questões contribuem para que as diferenças - entre os indivíduos e grupos - sejam entendidas como desigualdades naturais.

No campo da saúde, um exemplo emblemático, pode ser encontrado entre os dados do *Relatório do Comitê Estadual de Prevenção e Controle da Morte Materna e Perinatal do estado do Rio de Janeiro* (2007), que sinaliza:

"embora a mortalidade materna afete mulheres de todas as camadas sociais e econômicas, a razão de sobremortalidade das mulheres da cor preta sobre as de cor branca é mais do que 7 vezes. Quanto aos anos de estudos a sobremortalidade das mulheres com 1 a 3 anos de estudo com relação as mulheres com mais de 12 anos de escolaridade é cerca de 4 vezes maior" (p.17).

O mesmo relatório indica também que:

"a sobremortalidade de uma mulher de raça/cor preta é maior que da mulher branca em todas os níveis de escolaridade. Chama atenção que entre mulheres com 12 anos ou mais de estudo a sobremortalidade da mulher preta é 14 vezes maior que da mulher branca" (p.18).

Quanto ao mercado de trabalho, Melo (1998) esclarece que somente a partir dos anos 1990, a PNAD (Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio) incorporou a variável cor para efeitos de análise sobre os(as) trabalhadores(as) domésticos(as). A autora sugere o resgate da vivência dos lares brasileiros através da memória de nossas infâncias, onde observa-se, predominantemente, a presença de babás e cozinheiras negras⁷.

Estas mulheres iniciam extenuantes jornadas de trabalho, em grande parte, ainda crianças, no que poderíamos apontar a indiferença moral demonstrada pela sociedade em relação ao destino das mesmas, alcançam pouca escolaridade e, em muitos casos, permanecem servindo aos(as) empregadores(as) durante anos, numa clara reprodução dos tempos escravistas. Cabe lembrar que esta categoria não é regida pela CLT, logo, não possui a plena garantia de seus direitos trabalhistas.

Como assinalou Gonzalez (1982), reportada por Melo (1998: 8), quando a mulher negra *"não trabalha como doméstica, encontramos esta prestando serviços de baixa remuneração nos supermercados, nas escolas ou nos hospitais, sob a denominação genérica de "empregadas de limpeza"*.

Outra área que merece especial atenção é o território escolar, por ser este um dos espaços importantes em que a discriminação se faz presente na vida dos(as) jovens.

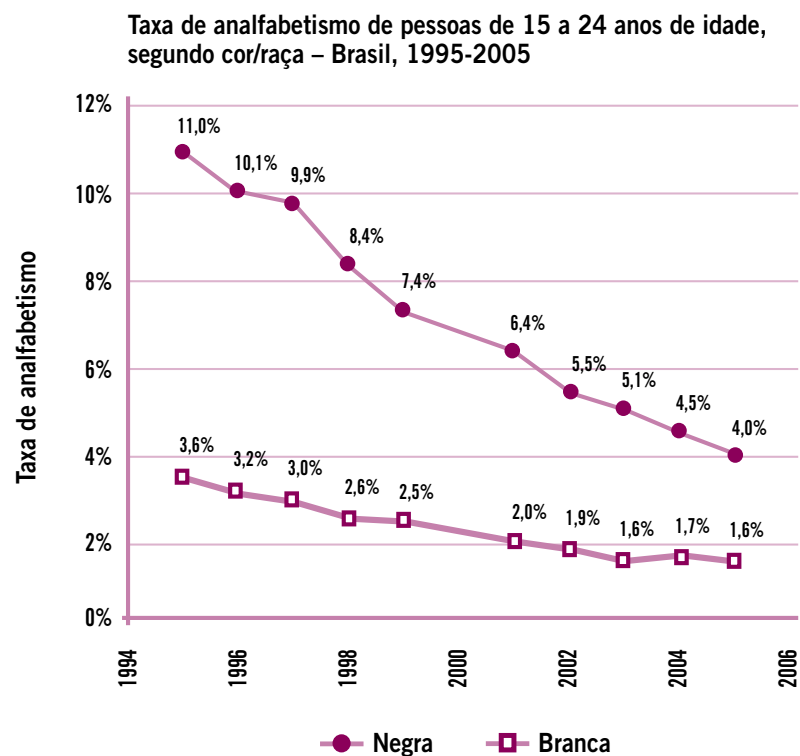
⁷ Sobre a vinculação das mulheres negras ao trabalho doméstico reproduzida pela produção televisiva consultar Araújo (2000).

Este é, juntamente com as famílias, espaço privilegiado de reprodução – e, portanto, também de destruição – de estereótipos, de segregação e de visualização dos efeitos perversos que esses fenômenos têm sobre os indivíduos.

A escola, a partir da década de 80, adquire novos significados na composição social, assumindo centralidade na vida das novas gerações através de seu reconhecimento como espaço de aprendizagem e socialização.

Iniciativas de universalização do acesso ao nível fundamental de ensino contribuíram para que negros(as) e brancos(as) ingressassem nas escolas. No entanto, se observados os indicadores de permanência, percebe-se que os processos de evasão e repetência têm maior incidência nas crianças e jovens negros(as).

A taxa de analfabetismo entre os(as) jovens de 15 a 24 anos evidencia esta realidade, uma vez que este índice entre a população negra se mantém aproximadamente três vezes maior do que entre a população branca ao longo de todo o período demonstrado no gráfico abaixo⁸.



Fonte: Pnad 1995-2005. Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

⁸Gráfico extraído do Boletim de Políticas Sociais: IPEA, 2007.

Ainda em relação às taxas de analfabetismo, considerando recorte por sexo e raça verifica-se que na faixa etária em questão, entre 15 e 24 anos, este índice entre as mulheres negras em 2001 (4,8%) é próximo ao dos homens brancos em 1992 (5,4%), como demonstrado na tabela abaixo⁹.

Taxa de analfabetismo de pessoas de 10 anos ou mais por sexo e cor ou raça, segundo a faixa etária – Brasil, 1992 e 2001

Faixa Etária	Pessoas de 10 anos ou mais analfabetas por sexo e cor ou raça											
	Homens						Mulheres					
	Total de homens		Brancos		Afro-descendentes		Total de mulheres		Brancas		Afro-descendentes	
	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001
Total	16,3	11,5	9,2	6,8	24,8	17,0	16,6	11,2	10,6	7,3	24,5	16,1
10 a 14 anos	15,0	5,3	6,3	2,4	23,4	8,1	9,7	3,1	4,2	1,5	15,2	4,5
15 a 24 anos	10,8	5,3	5,4	2,7	16,2	7,9	6,5	3,1	3,5	1,5	10,0	4,8
25 a 44 anos	12,7	10,0	6,7	5,2	20,5	15,7	12,5	7,6	6,7	4,1	20,5	12,1
45 a 59 anos	22,9	17,0	13,5	9,5	36,1	27,2	28,3	18,2	17,7	10,4	43,9	29,7
60 anos e +	37,5	31,3	24,9	20,8	55,7	47,5	46,5	36,1	34,4	26,0	66,0	53,5

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPEA/DISOC.

Nota: Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

No que se refere à educação, para além dos aspectos quantitativos, vale refletir sobre a qualidade dos conteúdos, dos saberes escolares, bem como, sobre os valores, crenças e hábitos orientados, em tese, para a vida democrática, onde encontram-se também preconceitos raciais, de gênero, de geração e de classe.

A cultura escolar comparece como um dos elementos da construção das identidades sociais, do processo de humanização e da ampliação de experiências que influenciam a inserção no mundo do trabalho, alargando expectativas de sucesso e prestígio social.

Tal como afirma Gomes (2002), em geral, as escolas insistem em não incorporar estas ponderações em seu cotidiano. A prática pedagógica, ao impor padrões de currículo e de conhecimento, encontra-se impregnada de elementos definidores do lugar do sujeito reproduzindo, assim, as tradicionais relações raciais, de geração e de gênero.

O olhar dado ao corpo feminino negro jovem incorpora elementos construídos culturalmente na sociedade que remonta a maneira como a mulher negra era vista e tratada em tempos históricos. Através de sinais como cor da pele, tipo de cabelo, formatos de nariz e boca, padrões estéticos e de comportamento, reproduz relações hierarquizadas e socialmente definidas, que ratificam posições econômicas e políticas.

⁹Tabela extraída do Dossiê Assimetrias Raciais no Brasil: alerta para a elaboração de políticas: Rede Feminista de Saúde, 2003.

Cada indivíduo desenvolve estratégias particulares diante das situações de discriminação. Estes muitos jeitos de lidar e reagir ao preconceito racial e de gênero estão diretamente ligados a dois aspectos: à construção de identificação positiva pelo indivíduo e às suas possibilidades de socialização, informação e inserção na sociedade.

A respeito dos dilemas da construção identitária enfrentado por jovens negros (as), Dayrell e Gomes (2002:20), referindo-se ao processo de construção da identidade negra em Souza (1983)¹⁰, afirmam:

"A identidade negra é entendida, aqui, como um processo construído historicamente em uma sociedade que padece de um racismo ambíguo e do mito da democracia racial. Como qualquer processo identitário, ela se constrói no contato com o outro, na negociação, na troca, no conflito e no diálogo. (...) ser negro no Brasil é 'tornar-se negro'. Assim, para entender o 'tornar-se negro' num clima de discriminação é preciso considerar como essa identidade se constrói no plano simbólico. Referimo-nos aos valores, às crenças, aos rituais, aos mitos, à linguagem desenvolvida pelos jovens, sobretudo, por aqueles que vivem na periferia da cidade."

Processo análogo se dá também em relação ao "tornar-se mulher", preconizado por Simone de Beauvoir (1986). Tornar-se, neste caso, significa assumir-se mulher negra, adotando uma "identidade de projeto", capaz de reformular sua inserção na sociedade com o objetivo de interferir na estrutura social, como nos termos de Castells (1994). Woodward (2000:28) esclarece que:

"Ao ver a identidade como uma questão de "tornar-se" aqueles que reivindicam a identidade não se limitariam a ser posicionados pela identidade: eles seriam capazes de posicionar a si próprios e de reconstruir e transformar as identidades históricas herdadas de um suposto passado em comum".

Ação Coletiva e fortalecimento identitário

A etapa da juventude, simultaneamente considerada como condição particular de um ciclo de vida e um tipo de representação social (Peralva, 1997) constitui-se como um momento crucial no processo de "tornar-se negra".

¹⁰ Processo análogo se dá também em relação ao "tornar-se mulher", preconizado por Simone de Beauvoir (1986).

Esta é uma fase marcada pela busca de outras relações e de maior autonomia frente aos adultos e instituições, o que abre possibilidades de aproximação a grupos identitários, favorecendo o fortalecimento de seus pertencimentos.

A análise dos sujeitos em uma perspectiva que considere a diferença faz presumir o rompimento com rígidos critérios binários, como negros e brancos; nós e outros; mulheres e homens. No entanto, para resistir às armadilhas das essencializações, faz-se necessário considerar que as culturas, assim como as experiências vivenciadas pelos sujeitos em diferentes contextos, se produzem no embate e se constituem como estratégias de lutas anunciadoras de direções.

Um dos caminhos possíveis é o engajamento em ações coletivas mobilizadas em torno de diferentes eixos. Como exemplos significativos, que refletem o atual nível de organização e inserção das jovens negras, destacamos a realização do I Encontro Nacional de Juventude Negra (ENJUNE), realizado em julho de 2007, na Bahia, e o I Encontro Nacional de Jovens Feministas (ENJF), realizado em março de 2008, no Ceará.

Nos eventos acima citados a delimitação geracional constitui-se como eixo ordenador, associada a um segundo pertencimento; no entanto, outros recortes também foram considerados. Suas programações previam outras discussões identitárias, tais como gênero no ENJUNE, raça no ENJF, orientação sexual e pessoas com deficiência. Ambos tinham como enfoque as demandas por políticas públicas para este segmento visto que um dos objetivos era a participação no processo de conferências de juventude, que culminou com a realização da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.

A principal reivindicação tanto do ENJF, quanto da roda de discussão "*Gênero e Feminismo*" do ENJUNE, foi a descriminalização e legalização do aborto, que tem vitimado, especialmente, as mulheres pobres, negras e jovens.

Dados do Programa Saúde da Mulher indicam a realização de aborto como a 5ª causa de internação na rede do SUS, além de ser responsável por 9% das mortes maternas (Ministério da Saúde, 1999). No período entre 1993 e 1997, um levantamento feito pela Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos junto aos hospitais públicos que mantinham serviços de aborto legal, revelou que cerca de 48% das interrupções de gravidez ocorriam entre a população jovem de até 19 anos.

Esta demanda, assim como outras encontradas na "*Carta das Negras Jovens Feministas rumo ao I Encontro Nacional de Jovens Feministas*"¹¹ e na "*Carta de Princípios da Articulação Brasileira de Jovens Feministas*"¹², ambas de março de 2008 revela proximidade com pautas clássicas tanto do movimento negro, quanto do movimento feminista, não se constituindo, portanto, como marco de diferenciação dos movimentos juvenis.

¹¹ Consultar dialogoj.files.wordpress.com/2008/03/carta-das-negras-jovens-feministas.doc

¹² Consultar <http://dialogoj.files.wordpress.com/2008/04/carta-de-principios-de-articulacao-brasileira-de-jovens-feministas.pdf>

A diferença, possivelmente, dá-se pelo novo contexto histórico onde a juventude é percebida como sujeito de direitos, contando com a criação de políticas públicas específicas para este segmento.

Considerando-se que a reivindicação de uma identidade constrói poder (Castells, 1999), esta nova conjuntura fortalece a participação juvenil e legitima o "*combate ao adultocentrismo*", o que identificamos como único elemento novo apresentado nas cartas acima citadas. Este dado, associado à composição de grupos exclusivamente juvenis, pode indicar uma reação às desigualdades geracionais sofridas, inclusive no interior destes movimentos.

Considerações finais

É possível afirmar que o desenho societário difundido no contexto brasileiro, juntamente com a produção de teorias e concepções propostas e divulgadas por institutos e intelectuais, propiciou a solidificação e acolhimento pelo senso comum da crença na subalternidade das mulheres, dos jovens, dos indígenas e das pessoas negras, contaminando, não só os setores dominantes ao colocá-los em patamar de superioridade como também a estes grupos, ao desqualificá-los, levando-os a adoção de padrões hegemônicos valorizados até os dias atuais.

Construir uma identidade positiva é um desafio enfrentado pelas jovens negras em nosso país. Desde muito cedo, nossa sociedade as ensina que para serem aceitas é preciso negar-se e/ou submeter-se a modelos adultos, ocidentais e masculinos. No caso em destaque, o processo de "*tornar-se negra*" pressupõe a reivindicação desta identidade entendida, nos termos de Castells (1999) como o processo de disputa de posições de poder.

No caso específico do processo da elaboração da(s) identidade(s) isso se torna evidente quando se lança o olhar para as redes de participação que criam o "*caldo cultural*" que permite o seu (re)conhecimento.

Segundo Gonçalves e Silva (2004, p. 28) os movimentos de mulheres, de negros e de jovens têm impulsionado o debate sobre as identidades relacionando-os aos movimentos culturais e às extensas redes de comunicação, utilizando como instrumento a mídia e as tecnologias informacionais disponíveis em nossos tempos¹³.

O dinamismo percebido nos movimentos sociais que já se organizam a partir de múltiplas identidades não se verifica na formulação de políticas públicas, nem na produção teórica voltada para a juventude.

Conforme já foi dito, o Brasil só inaugura uma política nacional de juventude em 2005. Ainda que este fato represente um avanço em relação a tempos anteriores, observa-se

¹³ As articulações em torno do ENJUNE e do ENJF se deram e mantêm-se em funcionamento através da internet, da realização de reuniões virtuais, de blogs e grupos de discussão.

que esta iniciativa está baseada numa identidade juvenil homogênea, que desconsidera as especificidades das *juventudes*.

Em relação à produção teórica do campo da juventude nos últimos anos, percebe-se a constituição de grupos de pesquisa por todo o país e a realização de inúmeras investigações, tais como: Perfil da Juventude Brasileira: 2003; Juventude Brasileira e Democracia: 2004, bem como a realização do III Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira¹⁴.

O outro indicador do incremento desta produção é a comparação entre a pesquisa Juventude e Escolarização (Sposito, 2002), que registrou 387 trabalhos acadêmicos (teses e dissertações) na área de Educação e Juventude, no período de 1980 a 1998; e sua nova fase, denominada "*Balço e perspectivas do campo de estudos de juventude no Brasil em conjuntura de expansão*" (1999-2006), em andamento, que identificou 1.060 trabalhos somente na área da Educação. Nota-se que, mesmo que a série temporal da primeira pesquisa seja maior do que a atual, houve um aumento substancial no número de produções voltadas para o tema.

Pelos resultados do primeiro período estudado, percebe-se que "*Sexualidade e Relação de Gênero*" é o segundo subtema mais freqüente. No entanto, as discussões restringem-se a questões que dizem respeito à escuta dos/as jovens sobre estes temas, à AIDS e à "*gravidez e maternidade precoces*"¹⁵, quase todos sendo relacionados à intervenção escolar para a prevenção, através da orientação e educação sexual.

Apesar deste enfoque na sexualidade, segundo Sposito (2002), nenhuma das pesquisas abordava as problemáticas ligadas à homossexualidade. Pela breve descrição de cada uma delas, é possível perceber também a ausência de uma discussão mais ampla sobre as relações de gênero, como por exemplo, sobre o papel da escola na reprodução da divisão sexual do trabalho.

Em relação às relações raciais, na mesma pesquisa, registravam-se apenas quatro dissertações que tratam de modo privilegiado esta temática. Possuíam como viés de análise a temática da violência associada à juventude negra dos centros urbanos e a forma como a escola vinha lidando com a questão. Observa-se, igualmente, a preocupação com as abordagens curriculares, com a valorização das práticas culturais

¹⁴ O III Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira contou com inúmeros trabalhos articulados em torno dos seguintes eixos temáticos: Ações públicas e intervenções com adolescentes e jovens; Garantida de direito e inclusão social de adolescentes e jovens; Jovens: sexualidade e gênero; Juventude, escola e trabalho; Processos de subjetivação de adolescentes e jovens; Relações intergeracionais e família e Sociabilidades juvenis, processos culturais e espaços educativos. Consultar http://www.ucg.br/ucg/eventos/jubra3/home/seciao.asp?id_seciao=1038&id_unidade=1.

¹⁵ Mantivemos o termo utilizado no relatório final da pesquisa para referir-se à gravidez e maternidade juvenis, pois reflete a percepção corrente à época da produção do mesmo. Esta nomenclatura vem sendo problematizada pelos estudos sobre sexualidade por apresentar um juízo de valor sobre a idade correta para vivência da gravidez e da maternidade, desconsiderando a variedade de significados atribuídos pelos (as) jovens a estas experiências. Consultar Abramovay, Castro e Silva, 2004.

de matriz africana e com experiências relevantes para afirmação étnico-racial. Os quatro trabalhos utilizam em suas conceituações as categorias raça, racismo e discriminação racial como promotoras de diferenciação no espaço escolar.

No período entre 1980 e 1998 não foram identificadas teses e dissertações que articulassem gênero, raça e geração. Com o aumento da produção sugerida pelos dados iniciais do segundo período investigado (1999 – 2006), espera-se que haja avanços neste sentido. No entanto, pelo acompanhamento que fazemos do campo, concluímos que ainda é incipiente o número de produções que consideram esta tríplice perspectiva.

Sob este ângulo, a construção de novas imagens positivas sobre as jovens negras, assim como, o reconhecimento público de suas identidades na formulação de políticas públicas de caráter afirmativo permanecem como questões centrais para os estudos sobre a construção dos sujeitos e suas interações coletivas.

As reflexões aqui apontadas poderão ser melhor compreendidas na medida em que se multipliquem e se difundam análises e ações que busquem entender como as mulheres negras estão vivendo sua juventude e de que estratégias vêm lançando mão para recriar e fortalecer uma identidade positiva que rompa com a lógica branca, masculina e adulta, que as coloca em um lugar subordinado.

Bibliografia

- ABRAMO, Helena Wendel e LÉON, Oscar Dávila. Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005.
- ABRAMOVAY, Mirian; CASTRO, Mary e SILVA, Lorena B. da. Juventudes e Sexualidade. Brasília: UNESCO, 2004
- Anais do III Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira. Goiânia: Ed UCG, UFG, 2008.
- ARAÚJO, Joel Zito. A Negação do Brasil: O negro na telenovela brasileira. São Paulo: Senac, 2000.
- BEAUVOIR, Simone. O Segundo Sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- CASTELLS, Manuel. O poder da identidade (A era da informação: economia, sociedade e cultura). V. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, Mary. Gênero e raça: desafios à escola. In: SANTANA, M. O. (Org.). Lei 10 639/03 – educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação fundamental. Pasta de Textos da Professora e do Professor. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 2005.

- DAYRELL, Juarez. T. O jovem como sujeito social. Revista Brasileira de Educação, Campinas, Anped, n. 24, p.40-52, set/out/nov/dez, 2003.
- _____ e GOMES, Nilma Lino. Juventude, práticas culturais e identidade negra. In Revista Palmares em Ação. Brasília: Fundação Cultural Palmares/MinC., n.2, out. - dez, 2002.
- GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural. Revista Brasileira de Educação. Campinas, Anped, nº 21, 2002.
- GONÇALVES, Luiz Alberto O. e GONÇALVES e SILVA, Petronilha B. O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MARGULIS, Mario e URRESTI, Marcelo. La construcción social de la condición de juventud. In: Viviendo a toda. Jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades. Santafé del Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Departamento de Investigaciones Universidad Central, 1998.
- MELO, Hildete Pereira de. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.
- MELUCCI, Alberto. Passaggio d'epoca. Milano: Feltrinelli, 1994.
- NASCIMENTO, Elisa L. O sortilégio da Cor: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus, 2003.
- PAIS, José Machado. Culturas Juvenis. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993.
- PASSERINI, Luisa. A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950. In: SCHMMIT, Jean Claude e LEVI, Giovanni (orgs.). História dos jovens. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. In Revista Brasileira de Educação, Nº Especial Juventude e Contemporaneidade, nº 5/6. São Paulo: Anped, 1997.
- SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se Negro. Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- SPOSITO, Marília Pontes (coord). Juventude e escolarização (1980-1998). Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, Tomás Tadeu (org.) Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.



O papel do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial na gestão da Política de Igualdade Racial

Lúcia Xavier

A ação anti-racista com vistas a superação das desigualdades raciais

A história de luta dos movimentos negros e de mulheres negras no Brasil é marcada por ações que visam a erradicação do racismo das estruturas do estado brasileiro, a superação das desigualdades raciais através da garantia dos direitos e o aperfeiçoamento da democracia brasileira.

Os movimentos atuaram decisivamente para o enfrentamento do racismo, especialmente na revisão da Constituição brasileira em 1988 e por ocasião da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância em 2001 e na criação da SEPPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em 2003.

Na revisão da Constituição de 1988 estes movimentos conseguiram construir um conjunto de medidas que pudessem erradicar as desigualdades e consolidar direitos, a exemplo dos direitos à saúde, à educação, à moradia e à terra e da criminalização do racismo, atingindo em cheio o racismo institucionalizado nas práticas do estado brasileiro. A retirada de mecanismos jurídico-político da Constituição que não permitiam o reconhecimento do tratamento desigual destinado aos negros e negras, assim como a outros grupos sociais foi fundamental para a inclusão do racismo como crime nas cláusulas pétreas. E inaugurou políticas públicas que pudessem oferecer condições ao desenvolvimento de cidadãos e cidadãs de acordo com as suas necessidades.

Muitas medidas foram tomadas a partir da promulgação da Carta Magna, a exemplo do reconhecimento das terras de remanescentes de quilombos; de leis ordinárias de coibição e punição do racismo; do reconhecimento do quadro de saúde/doença da população negra com destaque a doença falciforme. Mas estas ações não surtiram o efeito necessário para a superação das desigualdades.

Com a participação do Brasil no processo de discussão sobre o racismo e as suas formas contemporâneas de violação de direitos que, culminou com a realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, em 2001, outras questões vieram a tona tais como: o pedido de reparações por danos causados pela escravidão; o reconhecimento da escravidão transatlântica como um crime de lesa humanidade; as ações afirmativas, principalmente

nos campos do trabalho, da economia, do acesso a terra; da educação e resgate da história da África e dos afro-descendentes no Brasil.

Neste período também cresceram os estudos voltados para a situação dos negros no Brasil, dando especial ênfase as desigualdades no campo do trabalho, da educação, da saúde e da participação política.

Durante a III Conferência o governo brasileiro deu início a uma série de medidas de ações afirmativas no campo do trabalho, na esfera federal, que pouco reverberou em nossa sociedade. Pois o principal debate foi o de cotas raciais na educação. Processo iniciado pelo governo do estado do Rio de Janeiro que acabou servindo de exemplo para que outras universidades em todo o país. O tema ganhou as manchetes dos jornais e até hoje é o principal vetor de discussão sobre a questão racial na mídia.

Junto a este processo corria na Câmara dos Deputados (desde 2000) a criação de um estatuto que pudesse regular as ações para a superação das desigualdades e efetivação de direitos. O *Estatuto da Igualdade Racial* está até hoje sem aprovação do Congresso Nacional.

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva a presidência da República em 2002, outros passos foram dados: a criação da SEPPPIR; a incorporação diretriz *superação das desigualdades raciais* no Plano Plurianual (PPA) de 2004 a 2007; a política integrada entre os diversos ministérios para o desenvolvimento das comunidades remanescentes de quilombos; a posse de quatro ministros negros e um desembargador negro para o Supremo Tribunal de Justiça entre outros. Estas medidas, inéditas na história do Brasil, trouxeram a certeza de que o estado brasileiro estava disposto a erradicar o racismo e implementar ações que efetivassem os direitos da população negra.

Os movimentos negros e de mulheres negras foram chamados a contribuir, especialmente na implantação do novo mecanismo de efetivação de políticas públicas, a SEPPPIR. A possibilidade da instalação de um mecanismo que pudesse coordenar as ações já existentes e projetar uma política de fôlego contra o racismo gerou uma série de iniciativas políticas por parte dos movimentos negros, no sentido de produzir informações, e novas metodologias de políticas públicas.

Cabe lembrar que todos estes passos foram dados a partir da pressão dos movimentos negros e de mulheres negras, que desde 1988, centenário da abolição, vem se manifestando nacionalmente para a erradicação do racismo no Brasil. E contribuindo para a implantação de ações que superassem as desigualdades raciais.

A política de promoção de igualdade racial

A criação da SEPPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, (Lei 10.678) em março de 2003, foi um passo fundamental para a institucionalização de políticas voltadas para a superação das desigualdades raciais e o combate ao racismo.

Como parte da estrutura da Secretaria foi previsto a criação do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), de caráter consultivo, como finalidade "propor, em âmbito nacional, políticas de promoção da igualdade racial com ênfase na população negra e outros segmentos étnicos da população brasileira, com o objetivo de combater o racismo, o preconceito e a discriminação racial e de reduzir as desigualdades raciais, inclusive no aspecto econômico e financeiro, social, político e cultural, ampliando o processo de controle social sobre as referidas políticas" conforme o seu artigo 1º da Lei 10.678 de 23/05/2003.

Inicialmente a SEPPPIR apresentou um conjunto de medidas que compunham a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial que tinha como pressuposto a transversalidade da questão racial no conjunto das políticas governamentais; a descentralização como um dos aspectos de ampliação dos entes públicos para a solução dos problemas; e a gestão democrática compreendida como a ampliação dos canais de diálogo com a sociedade civil.

Como diretriz o fortalecimento institucional; a incorporação da questão racial no âmbito das ações governamentais; a consolidação das formas democráticas de gestão das políticas de promoção da igualdade racial; a melhoria da qualidade de vida da população negra; a inserção da questão racial na agenda internacional do governo brasileiro.

Já os programas iniciais estavam voltados para a implementação de um modelo de gestão da política de promoção da igualdade racial; o apoio às comunidades remanescentes de quilombos; a efetivação de ações afirmativas; o desenvolvimento e inclusão social; ampliação e fortalecimento das relações internacionais, bem como a produção de conhecimento neste campo.

Seu principal desafio era o de incorporar a questão racial nas diferentes ações governamentais. Visto a profunda resistência por parte do estado e da sociedade em pagar uma dívida histórica com a população negra, através da erradicação das desigualdades raciais.

A SEPPPIR nasceu também com a tarefa de superar antigos desafios presentes no desenvolvimento de políticas públicas a exemplo: a) do trabalho integrado entre as diferentes pastas ministeriais e níveis governamentais, respeitando o princípio da descentralização; b) a gestão democrática e a participação efetiva da sociedade na construção, monitoramento e avaliação das políticas públicas e c) redistribuir os recursos financeiros a execução da política.

Após cinco anos de existência da SEPPPIR, muitas ações integradas entre os ministérios e órgãos governamentais foram desenvolvidas e o Programa Brasil Quilombola é um exemplo desta integração; mas os seus efeitos ainda não foram sentidos. As ações apresentam limitações de ordem burocrática e de interesse dos municípios onde foram

e ainda são desenvolvidas estas políticas. Em relação as outras políticas detectamos poucos avanços, principalmente no que se refere as mulheres.

Sobre a distribuição dos recursos financeiros, a política da igualdade racial foi incorporada como uma diretriz no Plano Plurianual (PPA) de 2004 a 2007 se desdobrando em dois programas: Gestão da Política da igualdade Racial e Brasil Quilombola, com a seguinte distribuição de recursos, conforme o relatório *Promoção da Igualdade Racial - Relatório de Gestão 2003-2006*, publicado pela SEPPPIR, a saber: em 2003 não havia orçamento para a Secretaria. Para 2004 foi previsto R\$ 17.429.666,00. Já para 2005, o orçamento foi de R\$ 19.849.844,00 e para 2006 o orçamento foi de R\$ 19.001.739.

Os outros eixos do programa, tais como: a efetivação de ações afirmativas, o desenvolvimento e inclusão social, ampliação e fortalecimento das relações internacionais, bem como a produção de conhecimento neste campo não são considerados no plano orçamentário e, portanto não possuíam recursos próprios para a sua realização.

Um dos desafios da gestão democrática e da participação efetiva da sociedade na construção, monitoramento e avaliação das políticas públicas tem sido desenvolvida pela SEPPPIR especialmente através do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR).

O Conselho¹ foi instalado em 2003 e sua primeira composição levou em consideração o princípio da promoção da igualdade entre os grupos raciais com expressiva representação na sociedade, com ênfase nas organizações negras. Alguns grupos foram convidados a participar desta composição a exemplo de indígenas, judeus, palestinos, ciganos, negros e negras – movimentos negro e de mulheres negras, religiosos de matriz africana e empresários negros, pesquisadores, organizações negras de trabalhadores; e outras organizações como o INSPIR-Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial e a FENATRAD- Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos, CNBB - Confederação dos Bispos do Brasil, ABONG-Associação Brasileira de ONGs, ABERT - Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão e Instituto Ethos de Responsabilidade Social. E personalidades de notório saber como o professor Kabengele Munanga, a cantora Leci Brandão e o poeta Oliveira da Silveira².

¹ Composição do Conselho em 2003 até 2007: APN (Agentes de Pastorais Negros); ANPN (Associação Nacional de Pesquisadores Negros); AMNB (Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras); ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais); ABERT (Associação Brasileira de Rádio e Televisão); APRECI (Associação de Preservação da Cultura Cigana); ANCEABRA (Associação Nacional dos Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros); CONIB (Confederação Israelita do Brasil); CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil); CNAB (Congresso Nacional Afro-Brasileiro); CONEN (Coordenação Nacional das Entidades Negras); CONAQ (Coordenação Nacional de Quilombos); COPAL (Confederação Árabe Palestina do Brasil); FENATRAD (Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos); Fórum Nacional de Mulheres Negras; Instituto Ethos de Responsabilidade Social; INTECAB (Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-brasileira); INSPIR (Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial) e UNEGRO (União de Negros pela Igualdade); e WARÁ - Instituto Indígena Brasileiro; e outros representantes com notório saber: professor Kabengele Munanga; a cantora Leci Brandão e o poeta Oliveira da Silveira.

² O poeta e ativista Oliveira Silveira que idealizou o Dia da Consciência Negra – 20 de novembro- faleceu no dia 1º de janeiro de 2009 em Porto Alegre (RS).

A primeira reunião do Conselho empossou os 20 representantes da sociedade civil e 17 representantes das áreas governamentais, teve um caráter declaratório de apoio a Ministra Matilde Ribeiro; da importância da política de promoção da igualdade racial e da necessidade da SEPPIR atuar articulada com os outros ministérios. A sua primeira ação foi a de estruturar o próprio Conselho construindo seu regimento interno e criando suas instâncias operativas. Alguns questionamentos sobre o seu caráter e sua competência foram levantados ao longo do processo, mas nunca foram admitidos pela Secretaria.

Ação do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR)

A ação do Conselho durante todo o primeiro mandato foi inócua. O Conselho já encontrou uma política em andamento e apesar da função consultiva e de controle social, a política nunca foi apresentada como um processo que pudesse ser revisto ou fiscalizado. Gerando assim um intenso debate sobre o caráter e a função do Conselho.

O debate sobre o caráter do Conselho revelava a necessidade de um mecanismo de controle social que pudesse ter maior gerência sobre a nova política e ao mesmo tempo ampliar a força da SEPPIR, a partir da participação articulada com diferentes conselhos de direitos e/ou de políticas.

Para os dirigentes da SEPPIR o Conselho não deveria ter esta gerência dada a orientação governamental que, ao mesmo tempo que fomentava a participação da sociedade civil nos conselhos, limitava o papel destes como órgãos consultivos, regra vigente na maioria dos conselhos do atual governo; destituindo assim a possibilidade de deliberação das novas políticas. O Conselho recebia constantemente os resultados das ações, mas não podia interferir nos rumos destas, ficando assim engessado diante dos processos implementados pela SEPPIR. Durante o seu funcionamento mais duas ações foram incluídas na Política, são elas: segurança pública, face o genocídio da juventude negra e extensão das políticas de promoção da igualdade racial para as regiões urbanas, visto que a maior parte da população negra vive no meio urbano. A ação voltada para a segurança pública passou pela consolidação das leis vigentes contra o racismo que foi publicada em 2007 e a criação de uma ouvidoria. Já a segunda ação nunca foi apresentada.

A pauta e a dinâmica implementada não permitia o aprofundamento dos debates devido o excesso de eventos em poucos dias de reunião. Temas complexos como a titulação das terras de quilombos e o Programa Brasil Quilombola; a segurança pública; a saúde; a educação; as ações afirmativas; o Estatuto da Igualdade Racial; a articulação interministerial e a transversalização da política e o orçamento da SEPPIR foram tratados superficialmente. Em relação as demandas dos outros segmentos como ciganos, judeus e palestinos, estas foram tratadas de modo distinto a dos negros, impedindo assim a sedimentação de uma agenda comum contra o racismo, a discriminação e a xenofobia.

A participação da sociedade civil não foi valorizada como um mecanismo de sustentação da política e nem de monitoramento e avaliação dos seus efeitos. Por outro lado, as representações da sociedade civil, não tiveram capacidade de politizar esta agenda a ponto de reverter este processo, dando a esta relação um novo caráter.

Apesar da participação ter sido considerada um dos tripés do projeto político democrático implementado a partir da eleição do presidente Lula. Esta foi bastante prejudicada pelo "sentimento" de preservação do referido projeto por parte de setores mais progressistas que se sentiam comprometidos com ele. Qualquer crítica contundente parecia dissidência com o projeto de mudança que se iniciava. O medo do retrocesso e ao mesmo tempo o cuidado na condução política dos interesses dos diversos segmentos possibilitou a hegemonização de condutas e processos dissonantes dos ideais destes segmentos sociais.

O mesmo ocorria com o CNPIR. A idéia de gerar atritos que pudesse evidenciar as dificuldades de gestão ou a dissidência na condução da política de promoção da igualdade racial era entendida como falta de entendimento sobre o momento político. A crítica ao processo desenvolvimento da política, fundamental para correção dos seus rumos, não poderia ser exercida abertamente para não causar danos à luta anti-racista. Especialmente no momento crítico de oposição a esta política que passava pelo debate da racialização das relações sociais; da negação do racismo e das desigualdades e, por conseguinte das políticas de ações afirmativas e do Estatuto da Igualdade Racial.

Engessado e sem voz, o CNPIR não pode enfrentar os constantes golpes as iniciativas anti-racistas. E nem fortalecer as iniciativas em curso a exemplo das ações afirmativas no campo da educação e do trabalho iniciada no governo FHC; a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e a titulação das terras de quilombos.

A I Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Em 2005 esta política foi ajustada pela realização da I Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (1ª CONAPIR), implementada pela SEPPIR e pelo Conselho, cujo objetivo foi o de construir o Plano Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

O temário proposto, conforme o regulamento da I Conferência teve como tema central: Estado e Sociedade Promovendo a Igualdade Racial, a partir dos seguintes eixos temáticos:

- Reflexão sobre a realidade brasileira, do ponto de vista da sociedade e da estrutura do Estado, considerando os mecanismos de reprodução da discriminação, do racismo e das desigualdades raciais.

- **Avaliação das ações e políticas públicas desenvolvidas para a promoção da igualdade racial nas três instâncias de governo: municipal, estadual e federal, bem como o cumprimento dos compromissos internacionais objetos de acordos, tratados e convenções.**

- **Proposição de diretrizes para a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial e Étnica, considerando a perspectiva de gênero, cultura e religião.**³

A I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial aconteceu em Brasília, no período de 30 de junho a 2 de julho de 2005, cujos resultados podem ser encontrados no relatório final divulgado pela página eletrônica da Secretaria. Segundo a SEPPIR, participaram da Conferência aproximadamente 2823 pessoas, entre a equipe técnica, delegados e convidados brasileiros e de outros países.

A I Conferência instaurou um novo marco na implementação de políticas de promoção da igualdade racial, porque abriu o diálogo com diversos setores da sociedade brasileira atingidos pelo racismo, numa sociedade que nega todo tempo este processo. E ampliou os campos prioritários para a superação das desigualdades raciais, conforme os eixos discutidos na Conferência, a saber: Trabalho e desenvolvimento econômico da população negra; Educação; Saúde; Diversidade cultural; Direitos humanos e segurança pública; Comunidades remanescentes de quilombos; População indígena; Juventude negra; Mulher negra; Religiões de matriz africana; Política internacional; Fortalecimento das organizações anti-racismo. A partir destes eixos podemos destacar as conclusões que marcaram cada ponto:

Em relação ao **trabalho**, o tema foi bastante debatido e articulado com outras dimensões políticas, culturais e sociais, inclusive mantendo a necessidade de cumprimento das legislações e normas internacionais de proteção ao trabalho. No campo da **educação** teve como ponto principal a efetivação da política de ações afirmativas e a implementação da lei 10.639, que institui na grade curricular do ensino fundamental e médio o ensino de História e Cultura da África e Afro-brasileira. O eixo da **saúde**, considerado o campo de maior avanço na política de promoção da igualdade racial, foi marcado pela necessidade de efetivação de uma política que supere as altas taxas de morbi-mortalidade da população negra e o racismo institucional.

No que se refere a **diversidade cultural**, a participação dos ciganos na I Conferência marcaram uma nova perspectiva de fazer política, tendo em vista os aspectos culturais deste grupo. Neste sentido, as reivindicações forma de encontro à flexibilidade das normas de acesso das políticas públicas, a exemplo do acesso a saúde, independente

³ I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial: Brasília, 30 de junho a 2 de julho de 2005: Relatório Final/ Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2005.

da fixação de residências, da imediata matrícula das crianças e jovens nas escolas de acordo com os grupos nômades; bem como respeito às regras culturais, especialmente aquelas voltadas para as mulheres, sem que seus direitos sejam desrespeitados ou deixados de lado em nome da cultura, a exemplo da educação formal para as mulheres.

A **comunicação** também teve destaque neste processo, a partir da participação de jornalistas e comunicadores negros que reivindicaram políticas de comunicação anti-racistas e estratégias de enfrentamento ao discurso discriminatório dos meios de comunicação de massa.

O eixo de **direitos humanos e segurança pública** trouxe como prioridade, além da transversalização dos eixos orientação sexual, gênero e raça nas ações voltadas para a segurança pública e de direitos humanos, a necessidade de cumprimento do conjunto de legislação que visem a garantia dos direitos para a população negra e cigana, povos indígenas e outros grupos discriminados; bem como o enfrentamento do genocídio da juventude negra. Assim como outros temas de importância para estes grupos, a exemplo da migração, do tráfico de seres humanos e à exploração sexual.

Sobre as **comunidades remanescentes de quilombos** a reivindicação principal é a titulação das terras, acompanhada de acesso a infraestrutura necessária para o desenvolvimento sócio-econômico dos quilombolas, além de políticas integrais nas áreas de saúde, educação e trabalho. Já os **povos**⁴ **indígenas**, diante da situação de abandono e violência a que estão submetidos, reivindicaram a criação de uma secretaria especial com status de ministério, para acompanhar as políticas e ações voltadas esses povos. Em relação a **juventude negra**, além de ações voltadas para a inserção no mercado de trabalho, cultura e participação, destaca-se a ação contra o genocídio da juventude negra, cujas ações governamentais não consideram este grupo como prioritário para as políticas públicas de defesa de direitos, especialmente o direito a vida.

Já as reivindicações das **mulheres negras** passou pela necessidade de reconhecimento deste segmento nas políticas de promoção da igualdade racial, articulada com a SPM/ PR – Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República. Pois, apesar da responsabilidade dos dois órgãos, não haviam ações voltadas para a superação das desigualdades de gênero e raça que atingem as mulheres negras. Na II Conferência de Políticas para as Mulheres, o movimento de mulheres negras marcou posição ao articular ações contra ao racismo, sexismo, lesbofobia e outras formas de violência e discriminação às políticas voltadas para as mulheres.

Em relação às **religiões de matriz africana**, definiram como prioridade o posicionamento do estado brasileiro como um estado laico; o enfrentamento a intolerância religiosa e o

⁴ No Relatório Final da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial: Brasília, 30 de junho a 2 de julho de 2005 / Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2005, os povos indígenas são tratados como populações indígenas.

apoio aos terreiros, a partir da recuperação de espaços sagrados históricos e a extensão de benéficos previdenciários aos sacerdotes e sacerdotisas das religiões de matriz africana.

No campo da **política internacional** destacou-se o fortalecimento dos organismos internacionais de monitoramento da discriminação racial no sistema ONU, fortalecendo também a criação destes mecanismos também no âmbito da OEA - Organizações dos Estados Americanos, demarcando assim a necessidade mecanismos mais próximo a realidade latinoamericana. Os mecanismos voltados para a proteção indígena e a participação destes segmentos no sistema de proteção internacional. O conflito entre Israel e Palestina esteve presente nos debates da Conferência, a partir das reivindicações dos grupos palestinos sobre a necessidade de maior intervenção do Brasil no conflito, visando o diálogo entre os dois países. Já a representação dos países africanos apontaram a necessidade de maior intercâmbio e de ações de solidariedade.

O **fortalecimento das organizações anti-racismo** tratou desde o apoio e fortalecimento das organizações não-governamentais, até a consolidação de legislação que pudesse nortear as políticas de estado para a superação das desigualdades raciais. Neste sentido, ampliação da participação das organizações anti-racistas nos diversos conselhos de políticas públicas; a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, com fundo para execução das políticas públicas de promoção da igualdade, bem como a institucionalização da SEPPIR como organismo de políticas de estado e não de governo.

A expectativa dos diversos setores anti-racista é que os resultados da Conferência pudesse ampliar a atuação governamental para a superação das desigualdades raciais. Passado três anos da realização da I Conferência a SEPPIR não conseguiu organizar os resultados deste processo para implementar as ações propostas, especialmente aquela atualizando assim a proposta inicial e nem tão pouco, montar mecanismos de monitoramento e de participação do desenvolvimento do Conselho a SEPPIR convoca para o ano de 2007 a II CONAPPIR.

Em outubro de 2007 é convocada a II CONAPIR - Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial que deveria ter sido realizada em maio de 2008. A convocação através de decreto presidencial tinha como tema "Avanços, desafios e perspectivas da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial". E pretendia dar continuidade ao processo de consolidação da política através do aperfeiçoamento do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, com vistas a constituição de um Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Os objetivos desta II Conferência era o de analisar e repactuar os princípios e diretrizes aprovados na I CONAPIR e avaliar a implementação do Plano da Igualdade Racial. A conferência não foi realizada e tem previsão de acontecer em meados de 2009, sem que nenhuma das propostas apresentadas tenha sido colocadas em prática.

Desafios a gestão das políticas de promoção da igualdade racial

Em 2008, a Ministra Matilde Ribeiro foi exonerada do cargo assumindo o então Deputado Federal Edson Santos. O Ministro Santos inicia o seu mandato estabelecendo como prioridade as seguintes ações: dar continuidade a política existente; fomentar a agenda quilombola articulada com outros ministérios e estruturar a SEPPIR;

Em relação ao CNPIR, o Ministro ignorou a composição deixada pela ex-ministra Ribeiro que foi renovada em 2007 e convocou as organizações da sociedade civil para compor o CNPI para o biênio 2008-2010. Diferentemente da gestão passada, este foi composto por 22 órgãos governamentais, 3 cidadãos de notoriedade e 19 organizações da sociedade civil. A nova composição⁵ renova em 40% a representação das organizações e altera o perfil do Conselho, tornando-o basicamente uma organização de representação de setores étnico-raciais. Da primeira gestão que durou cinco anos, foram substituídas as seguintes organizações: ANPN (Associação Nacional de Pesquisadores Negros); ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais); ABERT (Associação Brasileira de Rádio e Televisão); APRECI (Associação de Preservação da Cultura Cigana); CNAB (Congresso Nacional Afro-Brasileiro); Instituto Ethos de Responsabilidade Social; INSPIR (Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial) WARÃ - Instituto Indígena Brasileiro.

Na gestão atual foram incorporadas o Conselho Nacional de Mulheres Indígenas; Rede Amazônia Negra; Associação de Promoção Humana Serumano; Central de Movimentos Populares; Fundação Santa Sara Kali; Central Única dos Trabalhadores; Federação Nacional das Associações de Doença Falciforme. Destas a Fundação Santa Sara Kali substituiu a APRECI, e a CUT substituiu o INSPIR e o Conselho da Mulher Indígena substituiu a Warã.

Os conselheiros e conselheiras do CNPIR tem hoje alguns desafios para a gestão das políticas de promoção da igualdade racial que passam pelo seu fortalecimento como um mecanismo de controle social; pelo debate de demandas dos movimento sociais e

⁵ Composição do CNPIR para o mandato 2008-2010: Conselho Nacional de Mulheres Indígenas; Rede Amazônia Negra; Associação Nacional dos Coletivos de Empresários Negros e Empreendedores Afro-Brasileiros; Associação de Promoção Humana Serumano; Federação Árabe Palestina do Brasil; Fórum Nacional de Mulheres Negras; Central de Movimentos Populares; Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Confederação Israelita do Brasil; Fundação Santa Sara Kali; Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos; Coordenação Nacional de Entidades Negras; Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-Brasileira; Central Única dos Trabalhadores; Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras; Federação Nacional das Associações de Doença Falciforme; União de Negros Pela Igualdade; Agentes de Pastoral Negros; Coordenação Nacional de Quilombos. Não foi localizado o nome das representações de notório saber na página eletrônica da SEPPIR.

pela consolidação da política. O Conselho tem hoje papel fundamental na constituição e sedimentação da política de igualdade racial, bem como na fiscalização de sua implementação.

O fortalecimento do Conselho como instância de controle social da política passa pela efetiva politização da relação entre o CNPIR e a SEPPIR; no sentido de marcar o seu caráter de mecanismo de controle social, mas, sobretudo de participação da sociedade na elaboração e acompanhamento das políticas. Bem como pela interação com outras instâncias consultivas ou não de políticas públicas. A intersectorialidade pode ser uma ferramenta para a concretização das políticas interministeriais a partir dos conselhos. Especialmente por que as políticas de promoção da igualdade racial requerem ações no âmbito executivo, legislativo e judiciário. Cabe lembrar que não existe comunicação entre estes poderes no que se refere a execução de políticas públicas.

O caráter consultivo pode ganhar sentido na medida em que as deliberações das conferências comecem a ser visto como patrimônio do conselho; organizando em forma de política as demandas apresentadas. O Conselho poderá ampliar o espectro da política de acordo com as demandas da população, e, ao mesmo tempo, politizar temas que ainda não encontram eco em nossa sociedade, a exemplo da violência contra a juventude negra.

A participação crítica no processo de formulação e acompanhamento da política é fundamental para o seu aperfeiçoamento. Sobretudo no que se refere ao conjunto de medidas necessárias para a consolidação dos mecanismos de promoção da igualdade racial, a começar pelo orçamento público.

Outro desafio apresentado para o Conselho tem haver com a comunicação com a sociedade no sentido de produzir massa crítica acerca da necessidade de erradicar o racismo e conseqüentemente as desigualdades raciais.

Bibliografia

- As políticas públicas e desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Mário Theodoro (org.). Luciana Jaccoud, Rafael Osório, Sergei Soares. Brasília: IPEA, 2008.
- I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial: Brasília, 30 de junho a 2 de julho de 2005: Relatório Final/ Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2005.
- Boletim de Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise. Nº 7. Brasília: IPEA, 2003.
- Boletim de Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise. Nº 13, edição especial. Brasília: IPEA, 2007.



Nem tudo que você me dá eu quero e nem tudo que eu quero você me dá: Um ensaio sobre a aceitabilidade do cuidado¹

Maria Aparecida de Assis Patroclo

Introdução

Para esse ensaio escolhi como referências de apoio para definir o argumento, textos da disciplina de Utilização de Serviços de Saúde que tratam da aceitabilidade do cuidado em saúde.

Existe uma certa unanimidade entre os diversos autores que exploram acesso, que esta categoria é multifacetada.

Thiede e colaboradores ressaltam o conceito de acesso adotado primeiramente por Donabedian e refinado por Penchanski e Thomas, como o grau de ajuste entre o sistema de saúde e os clientes e o seu caráter relacional dependente de interação bidirecional. Redefinem acesso como a **liberdade para usar os serviços de saúde**, incorporando a noção da necessidade de empoderamento da população para uma escolha bem informada. Ou seja, os indivíduos precisam estar em uma posição de escolher quando usar, e que serviços consideram apropriados em dado contexto. (Thiede, 2007).

Três dimensões, enquanto características específicas de acesso são consideradas como chaves por serem interdependentes, coerentes, compreensivas e capazes de em conjunto cobrir todos os fatores relevantes na construção do conceito de acesso. São elas a **disponibilidade do cuidado, a possibilidade de custear o cuidado (affordability) e a aceitabilidade do cuidado**. (Thiede, 2007; Gilson, 2007).

Escolhemos a dimensão aceitabilidade por considerá-la como uma das que melhor permitem refletir sobre a importância da utilização das categorias das ciências sociais para sua exploração. Adotamos a definição de aceitabilidade de Gilson como a **distância social e cultural entre o sistema de saúde e seus usuários** e a questão chave como sendo a **confiança**. (Gilson, 2007).

Compreender como legítima a preferência dos indivíduos por práticas de cura, distintas da medicina ocidental, principalmente aquela relacionada a costumes ancestrais, não é unanimidade na literatura.

Gerhardt ao estudar práticas e estratégias de população de baixa renda, em município do sul do Brasil, na busca de cuidado para resolução de seus problemas de saúde, descreve os caminhos percorridos pelos indivíduos, denominados de itinerários terapêuticos, considerando aspectos sócio-culturais da população relacionados a contextos em que há ou não várias possibilidades de acesso a diferentes tipos de cuidado disponíveis. (Gerhardt, 2006).

Rosenstock considera que por meio da "educação" se pode induzir mudanças em relação à busca de cuidados, persuadindo a população, em especial a de baixa renda, a alterar sua opinião sobre saúde, suas atitudes e comportamentos. (Rosenstock, 1966).

Loyola em estudo realizado em região habitada por população de baixa renda, em município da periferia do Rio de Janeiro, no Brasil, descreve trajetórias que permitem identificar agravos para os quais a população procura preferencialmente práticas de cura relacionadas a sua origem cultural, outros em que a preferência desde o início é pelo cuidado médico e outros em que a busca se dá pelos dois tipos de cuidado. (Loyola, 1984).

Gilson identifica três elementos da aceitabilidade: **1**• o ajuste entre as crenças dos leigos e a dos profissionais de saúde; **2**• o envolvimento cliente - provedores do cuidado e o diálogo entre eles e **3**• a influência dos arranjos organizacionais do cuidado na resposta dos pacientes aos serviços. (Gilson, 2007).

Todos os três elementos da aceitabilidade refletiriam as condições-chaves da competência cultural dos serviços de saúde. Alguns autores argumentam que a incompetência cultural é facilmente demonstrada pela dissonância entre as crenças de saúde dos grupos minoritários e o conhecimento médico dominante; preconceitos raciais ou outras discriminações; barreiras de comunicação; baixo acesso a informação e desconfiança nos provedores de saúde.

Planejando a Investigação da Aceitabilidade do Cuidado em Saúde

Para Becker as nossas representações determinam a direção de nossa pesquisa; isto é, as idéias com que começamos, as perguntas que fazemos e as repostas que consideramos plausíveis. Na verdade, na pesquisa científica, ainda que esse processo ocorra, ele é mediado pela revisão bibliográfica, que valida nossa direção, sustenta as perguntas que fazemos e auxilia na seleção dos materiais e métodos que utilizaremos para as nossas verificações.

Planejando um estudo sobre a aceitabilidade do cuidado em saúde, o primeiro passo seria uma boa revisão bibliográfica, seguida da formulação de hipóteses que, a exemplo dos estudos experimentais, poderia ser enunciada como: Não existe diferença entre grupos em relação à aceitabilidade do cuidado em saúde, ou seja, $H_0=H_1$, seria a

hipótese nula em contraposição à hipótese que acreditamos de que existe diferença entre grupos em relação a aceitabilidade do cuidado, ou seja $H_0=H_1$.

Partiríamos então do princípio que homens e mulheres, jovens e velhos, pobres e ricos; negros e brancos... são tratados da mesma forma nos serviços de saúde e se comportam da mesma maneira em relação a aceitação do cuidado. Em sendo assim iremos verificar como se comporta a população escolhida para o estudo e se a mesma difere em relação à aceitabilidade do cuidado da população que uma escolha aleatória teria produzido, pois na escolha aleatória a população não se comportaria diferentemente em relação à aceitabilidade do cuidado independente de suas características. Caso na população que faz parte do estudo ocorra diferença, iremos então buscar identificar como ocorre a aceitação ou rejeição ao cuidado e que práticas ou estruturas sociais produzem esses efeitos. Quais as coerções que operam na definição das preferências dos indivíduos? Qual a natureza da organização social onde estão em operação as coerções identificadas?

Ainda seguindo as orientações de Becker, nossos informantes seriam não só os usuários dos serviços/sistemas de saúde investigados, mas também agentes sociais que recorrem a outros serviços e sistemas de saúde (ex: público e privado).

Argumento 1

Ao se considerar o cuidado como prática social, é imperioso admitir que o processo social influencia o padrão de comunicação, confiança e interações entre provedores e pacientes e o comportamento na busca por cuidado de saúde. Portanto, nível sócio econômico, orientações religiosas, crenças culturais sobre as causas de doenças, conhecimento leigo sobre doenças são fatores que influenciam a confiança nos sistemas de saúde. As relações de poder também exercem influência na forma como interagem clientes e provedores. A aceitabilidade do cuidado como uma das três dimensões de acesso também teria caráter relacional dependente de interação bidirecional.

Do ponto de vista de Durkheim, considerando o estudo sobre suicídio, a construção de um modelo que integrasse teoria e dados sobre a aceitabilidade teria com auxílio da estatística a possibilidade de identificar causas extra individuais, ou seja, causas propriamente sociais, na regularidade de taxas de aceitação ou rejeição de determinados cuidados de saúde em diferentes meios sociais. Identificada e classificadas as causas da aceitabilidade do cuidado, se retornaria aos indivíduos para então estudar como elas se individualizam e produzem os efeitos coercitivos de aceitação ou rejeição do cuidado.

Podíamos ainda considerar o pensamento de Marx ou de Weber como referenciais para essa temática.

Para Marx essa coerção seria resultado das forças do capital que determinariam a estrutura das preferências que tenderia a valorizar o mais complexo, o privado,

subestimar o cuidado simplificado, o público (gratuito), desvalorizar as práticas de cura de antepassados, ou seja em última análise seriam estruturadas para legitimar a acumulação de capital. Esta determinação excluiria o agente social do papel de sujeito ativo da tomada de decisão resultante da interação com os serviços e sistemas de saúde, baseado nas particularidades das suas histórias.

Sendo assim consideramos que o marxismo não seria o modelo adequado para o estudo das preferências que se expressam na aceitabilidade do cuidado, uma vez que apenas o fator econômico teria papel relevante nas escolhas.

Para Weber as preferências, como realidade objetiva, não seriam exteriores aos homens, mas estariam impregnadas do significado das ações sociais que as construíram enquanto realidade objetiva. Estariam carregadas da intencionalidade dos agentes, dos interesses e sentidos que lhe são atribuídos no curso do tempo. Nesse sentido os agentes sociais e a coletividade seriam dotados de vontade, querer, racionalidade, etc... e a aceitabilidade do cuidado enquanto um processo social deveria ser analisada para além das intenções dos agentes sociais. Sem, contudo, se abandonar a dimensão da participação humana na formação e transformação das relações e das instituições sociais. Entretanto essa formação e transformação não seria resultado da interação entre os agentes sociais e as instituições sociais e sim resultado das experiências e sentidos que os agentes concretos atribuem aos processos sociais que são realizações historicamente dadas.

Para os três autores, as escolhas/preferências, a aceitabilidade não teria caráter relacional com interação bidirecional. Para Durkheim e Marx seria resultado da coerção das estruturas sobre os indivíduos e para Weber seriam resultantes da transformação pelos agentes sociais de processos sociais historicamente construídos.

Argumento 2

A utilização dos serviços como uma "proxi" de acesso igual não contemplaria preferências, grau de risco e rejeição a determinado serviço como variáveis explicativas para as diferenças no uso dos serviços. Para os autores é possível explicar a baixa utilização de serviços considerando-se a preferência por terapias alternativas ou serviços "paralelos" ao sistema formal e não necessariamente como resultado de acesso diferencial ao cuidado.

O conhecimento leigo em relação aos cuidados em saúde e sistemas de cura são às vezes influências importantes sobre a decisão de usar e onde procurar cuidados de saúde. O primeiro elemento da aceitabilidade seria o ajuste entre as crenças leigas e as premissas biomédicas hegemônicas podem se constituir em barreiras à aceitabilidade e gerar desconfiança nos cuidados oferecidos. Para algumas doenças o autocuidado ou sistemas tradicionais de cura podem ser mais apropriados do que terapêuticas preconizadas pela medicina alopática.

Dado acesso igual aos serviços, indivíduos bem informados podem fazer diferentes escolhas em relação ao uso de um serviço em particular, baseado em fundamentos e crenças em diferentes sistemas de cura e tipos de serviços e não devido à informação inadequada sobre a efetividade do serviço ou porque o serviço esteja longe de onde reside ou porque tenham experiências anteriores de terem sido submetidos a tratamentos abusivos.

Para compreendermos as preferências não é suficiente identificar os motivos que explicam a aceitabilidade do cuidado, preocupação presente em grande parte dos estudos sobre o tema. Na verdade, torna-se necessário talvez aqui lançar mão do conceito de **campo** e de **habitus** de Bourdieu, já que consideramos que o acesso pressupõe uma relação de caráter relacional dependente de interação bidirecional.

A aceitabilidade seria então fruto da relação que se daria entre as estruturas objetivas que constituem o **campo da saúde**, expressa na ofertas de cuidado e as estruturas incorporadas pelos indivíduos (**habitus**), expressas por valores, confiança e conceitos de saúde/doença, cura, a partir de uma dada posição em um espaço social determinado que orientaria a tomada de decisão (preferências/escolhas). Portanto, teríamos que considerar as preferências não como propriedades necessárias e intrínsecas de um grupo, mas particularidades de histórias coletivas diferentes.

Argumento 3

O segundo elemento da aceitabilidade seria o envolvimento entre clientes e provedores e o diálogo entre eles. Provedores de cuidados que conhecem os clientes, seus grupos étnicos ou sexo, podem ser mais confiáveis do que outros. Percepções negativas dos clientes podem ser reforçadas pelas práticas dos provedores de cuidados. O desencontro entre as crenças leigas e as crenças dos profissionais pode ser exacerbado pela linguagem e maneira com que os provedores do cuidado explicam os problemas de saúde para os clientes. Provedores também exercem poder através da forma como se comunicam, através da confidencialidade e demonstração de imparcialidade ou parcialidade em relação a determinados grupos. Provedores muitas vezes demonstram estereótipos em relação a certos grupos. Esses são exemplos de situações que podem impedir os clientes de procurarem os serviços e provocar desconfianças em relação aos provedores ou a objeção do paciente em revelar seu histórico médico, dificultando o diagnóstico e a prescrição terapêutica. As atitudes e práticas discriminatórias com populações pobres e vulneráveis, com mulheres, com *gays* e lésbicas e com negros, entre outros grupos, refletiria o padrão vigente nas sociedades.

Para Goffman as interações sociais são marcadas por símbolos cujo sentido é compartilhado. A sociedade estabelece categorias para as pessoas e define os atributos considerados comuns e naturais. Quando os profissionais de saúde interagem com indivíduos ou portadores de agravos com atributos que os tornam diferentes dos outros e que os colocam em categorias que os reduzem a pessoas "menores", na linguagem das

relações podem surgir sinais de estigmatização tais como: evitamento – distanciamento não declarado; discriminação – negação de igualdade de trato; ou segregação – isolamento físico e espacial. O mesmo pode acontecer na interação dos clientes com os profissionais de saúde, como o estranhamento ao ser atendido por médico negro, ortopedista do sexo feminino, enfermeiro gay...

Como irão se comportar os indivíduos que estão vivenciando a situação de estigmatização dependerá de uma série de fatores. Em alguns casos **poderão manipular a tensão** que causam no primeiro contato e o constrangimento quando a discrepância entre a identidade social virtual e a identidade social real os recoloca numa categoria favorável, por exemplo: paciente atendido por médico negro, que ele questionou se era médico mesmo e que após a consulta diz "muito obrigada, desculpe por qualquer coisa". Poderão **manipular a informação**, por exemplo: quando os clientes decidem quando e para quem irão revelar detalhes de sua história pregressa ou as circunstâncias em que se expuseram a determinados riscos; **as utilizar em benefício próprio os atributos desvantajosos**, por exemplo: portador de condição estigmatizante que por causa da mesma é atendido na frente dos demais, passa a ter direito a receber aposentadoria, familiares e amigos penalizados passam a ajudar e apoiar e ele tenta manter a condição permanente, pois ela lhe proporciona mais ganhos do que perdas. Depoimentos de portadores e contatos sexuais de vírus HIV: "Não tem problema não, se eu tiver pego esse vírus eu aposento e ainda faço bicos" (contato de portador do vírus HIV); "Depois disso minha vida melhorou em todos os sentidos, em casa, no trabalho. Eu não sei porque, nem quero saber, mas tudo ficou melhor" (portadora de AIDS).

De qualquer forma profissionais e clientes irão acumular marcas que serão interiorizadas a partir dessa estrutura exterior que fortalecerão ou redefinirão valores presentes no seu *habitus*, a partir das particularidades das histórias coletivas.

Argumento 4

Os dois primeiros elementos da aceitabilidade aqui descritos refletiriam sete dos oito domínios do indicador **capacidade de acomodação às necessidades e características dos pacientes** (*responsiveness*) proposto pela Organização Mundial de Saúde (OMS). São domínios da capacidade de acomodação às necessidades e características dos pacientes: respeito à dignidade das pessoas, autonomia do cliente para participar de decisões em relação à saúde; confidencialidade; pronto atendimento; cuidado com qualidade adequada; comunicação adequada; acesso do cliente à rede de suporte social e a possibilidade de escolha pelo cliente do provedor de cuidados.

Ainda considerando o pensamento de Bourdieu, o julgamento do desempenho do setor saúde dar-se-ia por meio da análise da relação entre a oferta de cuidados e as preferências, considerando estas enquanto disposições decorrentes do exterior internalizado pelos agentes sociais, com base na comparação entre capacidade de adaptação às necessidades dos clientes de diferentes sistemas de saúde. Assim sendo,

para apreender o grau de confiança dos clientes em cada sistema seria fundamental compreender como se estruturam os capitais econômico e cultural no volume global do capital dos diferentes agentes sociais, e quão próximos ou distantes se situam cultural e socialmente das necessidades que os sistemas de saúde se propõe a satisfazer.

Argumento 5

O terceiro elemento estaria relacionado aos arranjos organizacionais do cuidado de saúde e como estruturam ou concretizam a resposta dos clientes. Esses arranjos podem ampliar ou estreitar o acesso pleno aos serviços necessários. A confiança dos clientes pode resultar da compreensão dos provedores de serviços, habilidade para garantir acesso a serviços de referência e providenciar serviços em resposta às necessidades e demandas dos clientes.

Estudos demonstram que os provedores abusam dos pacientes pobres que estão incapacitados de exigir cuidados de saúde dignos e isso imprime marcas na experiência material da pobreza. A negação da dignidade implica em comportamento abusivo e representa a negação dos direitos humanos dos pacientes e para alguns ameaça a identidade pessoal.

Análise da violação dos direitos humanos na oferta de cuidados de saúde tem permitido a vários autores concluir que o comprometimento dos direitos, valores e expectativas ameaça a identidade de grupos populacionais, pois cultura e identidade são temas centrais na percepção de saúde. A negação do direito dos indivíduos exercerem um papel ativo nas decisões sobre seu cuidado e se responsabilizarem por suas escolhas de cura é a negação do reconhecimento das suas necessidades para desenvolvimento de identidade e senso de dignidade moral.

A forma com que as pessoas (pacientes, provedores) são tratadas pelo sistema de saúde (provedores, gerentes e burocratas) tem influência central sobre a moral e o procedimento justo do próprio sistema. Tal tipo de tratamento está fortemente influenciado pela prática dos provedores e pelos arranjos organizacionais dos serviços de saúde e isso faz parte da aceitabilidade do cuidado de saúde. A construção da confiança e sustentabilidade da dignidade de tratamento é acima de tudo um elemento da integralidade da prática ética no interior do sistema de saúde. O grau de ajuste entre as crenças leigas e as crenças dos profissionais e as características do ambiente organizacional são percebidos como influências do comportamento dos provedores em relação aos pacientes.

É importante destacar que também foi identificada na revisão da autora também a influência dos protocolos, muitas vezes limitadora na interação com os clientes. Tais protocolos podem impedir a adaptação de abordagens e condutas diferenciadas considerando o perfil do paciente, influenciando a adesão a tratamentos por homens e mulheres, por determinados trabalhadores, grupos étnicos, etc...

Fatores organizacionais como pressões no trabalho, demandas emocionais oriundas do exercício da própria prática, e o grau de controle sobre a prática pode encorajar provedores a estereotipar certos grupos particulares de doentes e influenciar a atitude adotada pelos profissionais nos serviços de saúde.

Evidências sugerem que a cultura presente na organização dos serviços de saúde pode: dar sustentabilidade a um ambiente no qual os pacientes são desumanizados pelos provedores, gerando tensão para a aceitação das práticas organizacionais; constituir obstáculo para implementação de modelos de cuidado centrados no paciente, especialmente em culturas autoritárias, homofóbicas e sexistas; impedem a coordenação necessária dos serviços para responder efetivamente às necessidades do paciente e estabelecer os limites organizacionais da dominância médica, burocrática e hierárquica.

Com base em Giddens poderíamos dizer que o estudo do contexto onde se dão as interações, ou seja, o contexto organizacional dos serviços/sistemas de saúde, deveria estar incluído na investigação da aceitabilidade do cuidado enquanto prática social, pois este contexto **1** • delimitaria as fronteiras das faixas de interação; **2** • permitiria a visibilidade dos atores e de uma gama de sinais (faciais, gestuais, de linguagem...) no processo de comunicação, através dos quais é possível identificar estereótipos e gradientes de estigmatização na relação profissional de saúde/cliente e vice-versa e **3** • possibilitaria a identificação de como os profissionais e clientes influenciam e controlam o fluxo de interações, já que têm percepção consciente e a usam reflexivamente durante todo o processo de interação.

Argumento 6

Medidas sugeridas para o redirecionamento da aceitabilidade e remoção das barreiras de confiança implicam primeiramente em se reconhecer a natureza social dos cuidados de saúde e, mais do que culpabilizar os pacientes, os profissionais deveriam procurar conhecer suas crenças e motivações para oferecer um atendimento sob medida para suas percepções e necessidades.

Nas discussões sobre o fortalecimento da aceitabilidade e confiança, muita ênfase é dada a treinamentos para implementar a habilidade de comunicação dos trabalhadores (médicos, enfermeiros e outros componentes das equipes), assim como para sua sensibilizá-los quanto a aspectos culturais e de gênero. Educação e treinamento podem também encorajar aos provedores a fazerem mudanças de pessoal que possam fortalecer as práticas, mas é necessário selecionar abordagens educacionais que costumam ser efetivas. Muitos autores sugerem abordagens centradas no cliente embora esses modelos possam ser mais custo efetivos do que fortalecer os modelos tradicionais.

Exemplos de estratégias incluem, na atenção primária, abordagens que ofereçam mais tempo para encontros personalizados entre provedor e cliente e garantam a

continuidade do cuidado. Mudanças estruturais deveriam reduzir o nível de tensão e fadiga no trabalho dos profissionais de saúde e propiciar o desenvolvimento de relações de confiança. Ampliar o acesso através de coordenação de serviços de atenção primária e referências ou oferecer pacotes de serviços que incorporem as preferências dos pacientes por serviços curativos.

Algumas estratégias deveriam permitir que os pacientes fossem atendidos por pessoas do mesmo sexo e comunidade cultural para reduzir as distâncias culturais e ampliar a confiança. Inclusão de intérpretes que facilitem a comunicação com alguns grupos.

Não podemos deixar de considerar que existe um perfil diferenciado daqueles que escolhem cada categoria profissional e que cada um deles, além de representarem distintas classes sociais, tem habitus com particularidades das histórias coletivas de seu grupo social. O currículo não pode ser visto como transformador de habitus, no máximo pode legitimar valores ou colocá-los em xeque. Entretanto, no campo da prática no período de formação é necessário que haja coerência entre os currículos, no que tange à ética nas atitudes e nos comportamentos.

Algumas experiências consistem em criar situações mesmo em sala de aula que permitem, através da problematização, que alunos ou profissionais identifiquem seus habitus, reflitam sobre o campo da saúde, a organização de serviços e sistemas e suas práticas, num processo de reconstrução ou assunção dos seus limites no exercício das atividades profissionais.

O estímulo ao processo de reflexividade dos atores deve se estender aos clientes, não nos moldes da educação para saúde, mas na perspectiva da reconstrução das suas preferências a partir das particularidades de suas histórias coletivas. Cabe nesse momento aos profissionais transmitir de forma ética informações sobre os sistemas/ serviços de saúde, práticas de cura, alternativas terapêuticas, efetividade das alternativas, sem desvalorizar práticas culturais sobre as quais a ciência não tem o que dizer ou diz de forma preconceituosa e estereotipada.

É possível que no processo reflexivo induzido o profissional ou o cliente assumam seus limites e percebam a necessidade de um deslocamento de um ou de outro para algum espaço específico no qual o controle do fluxo interacional seja mais prazeroso, menos desgastante e cujos efeitos sobre o exercício da prática ou sobre a saúde sejam mais custo efetivos.

Para cada contexto, identificar as preferências no campo da saúde considerando as interações nas fronteiras do contexto institucional é necessário para a não culpabilização de clientes ou profissionais, a não supervalorização do currículo formal e para direcionar estratégias que sejam motivadoras da reflexividade dos atores, aumentando o controle dos mesmos sobre o fluxo das interações. As preferências revisitadas devem

direcionar os provedores do cuidado por pressão ou por compreensão para a busca da reestruturação de sistemas e serviços de saúde considerando necessidades de agentes internos e externos, e alternativas de adaptação para satisfazê-las na perspectiva da integralidade dos seres sociais, das ações e das práticas.

Bibliografia

- Center for the Evaluative Clinical Sciences. Preference – sensitive care. **A Dartmouth Atlas Project Topic Brief**. www.dartmouthatalas.org (acessado em 20 de março de 2008) - pdf.
- Gerhardt TE. Itinerários terapêuticos em situações de pobreza: diversidade e pluralidade. **Cadernos de Saúde Pública** 2006; 22(11): 2449-2463 - pdf.
- Gilson, L., Acceptability, trust and equity. In **The Economics of Health Equity**, edited by DI McIntyre and Gavin Mooney, Cambridge University Press, 2007.
- Loyola, M.A. **Médicos e curandeiros: conflito social e saúde**. São Paulo. DIFEL 1984 v.1.198 pg.
- Rosenstock, IM. Why people use health services. **The Milbank Memorial Fund Quarterly**, 1966; 44(3.2): 94-124.
- Thiede, M., Akweongo, P., Di McIntyre. Exploring the dimensions of access. In **The Economics of Health Equity**, edited by DI McIntyre and Gavin Mooney, Cambridge University Press, 2007.



Um afro-negro teorema: Impossível enfrentar o racismo sem desagradar racistas

Nilma Bentes

É possível descolonizar-se usando a língua, sistema de pensamento e ética de seus colonizadores? Tendo sido composto na época da 'Independência' do Brasil, época em que nossos antepassados estavam na escravidão, por que nos emocionamos com o hino nacional? Essas e outras indagações têm sido recorrentes em meu pensar e revelo isso, apenas, para sinalizar que este artigo contém omissões, erros, 'emendas e rasuras mentais', é impróprio à pessoas sujeitas à compulsão acadêmica e, também, às não-holísticas. Portanto, recomendo que 'leiam com moderação', pois ele não é o que poderia ter sido.

Micro intróito

As diferenças matriciais existentes entre as colonizações ibérica e anglo-saxônica que prevaleceram nas Américas, forjaram padrões diferenciados no processo de subjugação e subalternização dos povos nativos (originários, para usar linguagem atual) e africanos negros¹, escravizados entre os séculos XVI ao XIX.

Segundo o Prof. Carlos Hasenbalg², o perfil burgês-protestante-liberal foi hegemônico nos territórios onde os anglo-saxões colonizaram e senhorial-católico-autoritário nas colônias ibéricas.

Entretanto, não se pode dizer que houve diferença no nível de violência entre os dois processos, pois efeitos da crueldade são sentidos até nossos dias, inclusive por força do inconsciente coletivo. O longo período do escravismo³ forjou atitudes coletivas não saudáveis tanto nos descendentes dos oprimidos quanto nos dos opressores, mas as piores conseqüências nos primeiros.

Sobre a penca de discriminações existente em nossa sociedade, observa-se que na pirâmide econômica brasileira, do ápice à base, há representatividade de mulheres, portadores de deficiência, homo-bi-trans-panssexuais, porém, em se tratando de raça, é fato que população negra está concentrada na base dessa pirâmide.

¹ Sim, porque existem africanos brancos-louros, europeus-negros, amazônidas louros, etc.

² Autor do livro Discriminações e Desigualdades Raciais no Brasil - Rio Fundo Editora - J 1979.

³ Oficialmente, durou 388 anos e a 'abolição do escravismo tem só 120 anos. Além disso, até hoje existe 'trabalho escravo' no Brasil.

Por outro lado, mulheres representam cerca de 50% da população mundial (mais de 3 bilhões de pessoas, atualmente), enquanto negras/os podem corresponder a 10%; os homens criaram para eles mega-espacos de reafirmação identitária, como os estádios de futebol, por exemplo, que exalam testosterona em tal quantidade, que a torna 'narcísica', pois o protagonismo é masculino; as paradas gays proliferam pelo mundo afora; no Brasil, é mais que significativo o número de mulheres que ingressam na comunidade universitária, mas a maioria é branca.

Esses são alguns pontos que marcam as diferenças de vigor, entre os movimentos de mulheres e GLBTs⁴ (para citar só nesses) e o movimento negro brasileiro.

Assim, marcamos presença nas filas dos que buscam empregos, nos movimentos dos sem teto, dos sem terra e, como não poderia deixar de ser, no grande contingente dos 'sem esperança' - conformados.

Levando em conta que para alguns a 'esperança' é imobilizante⁵, cabe-nos acelerar e intensificando nossas ações, para que as históricas corridas de revezamento contra as discriminações raciais, das mulheres, dos/as heterodoxos sexuais e outras, um dia terminem, e, com vitória⁶.

Cumulatividades e algumas controvérsias

Ser ativista do movimento negro, entre outras coisas, implica compreender não só as facetas do racismo, enquanto doutrina ('habita' o campo das idéias, tal como o preconceito), mas, também, as **conseqüências** do mesmo, nas quais estão incluídas a prática dessa doutrina (discriminação) e a auto-desvalorização coletiva de grande parte de negros e negras.

Milhões de pessoas (sobretudo, brancas), procuram, deliberadamente ou não, nos confundir, trocando 'causas' com 'conseqüências'⁷ do racismo. Isso, sem dúvida, acaba contribuindo para manter a desmobilização da maioria da população negra, nesse processo secular de enfrentamento ao racismo e suas conseqüências.

Entre as principais conseqüências (não 'causas', insisto) da permanência do racismo, continua sendo a forte indução para que a população negra mantenha uma baixa auto-estima coletiva, uma vez que a maioria de nós, está aprisionada, ainda, à falsa idéia de que pertencemos à uma raça inferior e de que o viver desfavorável a que a maioria de nós vem sendo submetida, está, ligado, apenas, à histórica 'pobreza' imposta pelo sistema econômico.

⁴ Gays, lésbicas, bissexuais, transsexuais ('et alii').

⁵ Li certa vez que Camus disse isso. Querendo dizer o que?

⁶ Em tempo de Olimpíadas, a busca pela equidade pode ser enfatizada desse jeito.

⁷ Embora exista um reducionismo nisso e que causas e conseqüências se realimentem, penso ser importante o registro nesse 'formato'. (esta nota talvez devesse fazer parte do texto).

Ora, hoje, mais do que nunca (inclusive devido a maior divulgação da teoria quântica), sabe-se que tudo (absolutamente tudo), está ocorrendo simultaneamente⁸ e, somente, para efeito de melhor compreensão ou explicação, é que se faz um certo tipo de **ceteris paribus** nos assuntos que tratamos.

Então, no caso, o 'processo' de opressão à população negra, inclui centenas de fatores que interagem simultaneamente, aos quais vou chamar de 'cumulatividades'. Isso corresponde às interpenetrações, superposições e interações de idéias e práticas que permeiam toda a sociedade brasileira, mas que, no nosso caso, assumem elevados níveis de agravamento, como, por exemplo: questões da mulher negra; portadores/as de deficiência negros/as; homo, bi, trans, pansexuais negros/as; e outras categorias sociais discriminadas.

Com isso estou tentando deixar evidente que, para mim, a discriminação **básica**, no caso da população negra, não é ser mulher, ou portar deficiência, ou estar na pobreza, etc.; esses se tornam 'agravantes', pois a discriminação 'originária' é pertencer à raça negra.

Não há dúvida, que as elites brasileiras, hegemônicas por pessoas brancas - inclusive as encasteladas nas Universidades¹⁰ -, conscientemente ou não, explicitando ou não, continuam nos considerando como um 'estorvo social'.

Assim, a exemplo de boa parte da militância, que nossas imprescindíveis ações anti-racistas, devem ser simultâneas às ações ligadas à construção de uma sociedade equânime.

Isso significa incorporar, no mínimo, questões sócio-econômico-cultural-ambiental, pois o 'empobrecimento formal', inclui precariedade nas áreas: da educação, saúde-saneamento-moradia; trabalho-emprego-geração de renda-ocupação; esporte; lazer; e outras. Esses aspectos, adicionados às já citadas 'cumulatividades', também, se interpenetram, interagem e potencializam-se entre si, resultando em uma dinâmica social, absolutamente, desfavorável à população negra deste Brasil.

Ressalto, por outro lado, que, se é verdade que nos bolsões de pobreza e miséria existentes (onde estamos concentrados), convivem não-negros e negros, é igualmente verdade que nas camadas mais 'favorecidas', a presença de negros e negras pode

⁸ Neste momento em que escrevo isso, as galáxias estão se movendo, sapatos estão se desgastando, alguém acabou de morrer, alguém está olhando flores, alguém está nascendo, em algum lugar está chovendo, alguém está orando, folhas de árvore estão balançando, muitos gananciosos estão roubando, pessoas estão mentindo, outras praticando esporte, outras chorando, alguns cachorros estão latindo e assim sucessivamente. Pensei que a teoria quântica questionasse a validade das noções de tempo e não a constatação que o mundo é grande e cabem muitos eventos simultâneos...

⁹ **ceteris paribus** é uma expressão do latim que pode ser traduzida por "todo o mais é constante" ou "mantidas inalteradas todas as outras coisas".

¹⁰ Dezenas de intelectuais (formadores/as de opinião) que 'portam' mestrados, doutorados, os conseguiram nas Harvards, Sorbones, e outras, com bolsas de estudos custeadas pelo povo, mas alguns (não poucos) têm o desprazer de ter posições anti-democratização 'ampla, geral e irrestrita'.

ser considerada insignificante¹¹, se levarmos em conta que somos quase metade da população brasileira (se não mais). Também é verdade que o racismo 'corre solto' mesmo nas camadas de baixa renda, mesmo quer alguns queiram idilizá-las. Embora se reconheça uma solidariedade maior entre famílias 'desfavorecidas', sem dúvida, nossa opressão seria menor se não fôssemos aporrinhados por um certo tipo de vizinhança.

Essa cumulatividade produz uma 'gestalt' tal, que demonstra que o movimento negro é o mais antipatizado - dentre os demais - pelo resto da sociedade brasileira¹².

Então, nossos desafios são, também, cumulativos, mas temos que enfrentá-los.

Quatro enfrentamentos e um funeral

Enfrentamento 1

Fortalecer articulações a nível nacional

Conscientes das injustiças sócio-raciais que tem prejudicado o viver da população negra, no decorrer dos séculos, foram criados, no Brasil, vários espaços de luta - alguns mais específicos que outros, uns mais conscientes de sua importância que outros, uns mais agregados (âmbito nacional), mas, todos convergindo, creio, para o mesmo resultado: Eliminação da prática do racismo.

Cabendo controvérsias, atualmente é possível listar, como principais, os seguintes espaços:

a) Espaço afro-negro-cultural¹³ • Inclui blocos de afoxés, carnavalescos/escolas de samba, grupos capoeira, pagodes, congadas, jongos, carimbós, e outros afins, que estão referenciadas mais fortemente em matrizes africana. Além das apresentações em público, geralmente, várias trabalham a integração cultura-educação-trabalho (formal ou não).

b) Espaço das afro-religiões • Casa/Terreiro/Ilê Axé/Roça onde são praticadas e valorizadas as religiões de matrizes africana. Em alguns lugares, as pessoas adeptas dessas religiões colocam-nas no campo da Cultura (tipo item a), penso que estão no campo do sagrado.

c) Coletivos de mulheres negras • Ênfase na questão de gênero, porém, trabalhando os diversos aspectos da luta geral. Em vários casos, esses coletivos foram formados devido

¹¹ Gostaria de morar na Avenida Atlântica, Vieira Solto), ou na orla de Salvador, numa mansão no Morumbi (não no chão ou em quartos de empregadas). Quantas famílias negras alcançam isso?

¹² Sim, fazemos parte da sociedade brasileira e quem dera nosso movimento fosse 'sex' como o ambientalista e/ou conseguíssemos um Gordon Matthew Sumner, para nos apoiar, como movimento, nessas batalhas que travamos, inclusive, contra nós mesmos/as.

¹³ Há muita polêmica sobre Cultura. Entendo que Cultura não se reduz à manifestações do tipo aqui incluído, porém, optei por essa denominação por não ter achado outra melhor. Porto insuficiências!

à impossibilidade de negras agüentarem o machismo existente nas organizações mistas das quais participavam.

d) Espaço das Comunidades Negras Rurais/Quilombolas • Ênfases tem sido dadas à legalização da terra e desenvolvimento sustentável em patamares mais elevados. Muitas são as associações de comunidades quilombolas existentes em todo Brasil, sendo que boa parte delas estão associadas a uma Coordenação Nacional.

e) Espaço de partidos políticos • Trabalham a questão da equidade racial via militância em partidos políticos. Aqui, a militância, se em partidos progressistas, geralmente, acredita que o motor da desigualdade racial é econômico e buscar o poder político é a via mais curta para alcançar a equidade. Quando o partido tem tom conservador, geralmente, a militância ou tem nível de informação menor, ou pretende ascender individualmente; ou outras razões, inclusive gosto pelo formalismo.

f) Espaço Sindical • Trabalhando a integração, com ênfase à equalização de oportunidades e melhores condições de trabalho. Geralmente se articulam com Centrais Sindicais; sendo que a maioria se liga a Partidos Políticos.

g) Espaço cristão/católico • Buscando garantir a participação igualitária nos espaços do catolicismo; através dele trabalha pela justiça sócio-racial. Em alguns lugares existe a proposta de defender um ecumenismo/inter-religiões, que contemple as religiões de raízes 'afro-negras'. Há informações de que existem 'irmandades negras'.

h) Espaços de outras religiões • Existem grupos de pessoas negras tentando se organizar em igrejas protestantes e, ainda, muçulmanos negros.

i) Espaços da juventude negra • A rigor a juventude permeia todas as organizações, mas possuem, também, organizações próprias, inclusive no meio estudantil.

j) Espaços 'cooperativados' • Organizações trabalham no formato de cooperativa, quer na área educacional (cursos de pré-vestibular, por exemplo), quer na economia solidária, ou outras.

k) Espaço de Entidades Ecléticas • Entidades que trabalham com temáticas múltiplas inclusive políticas públicas e 'advocacy' (educação, cultura, saúde, homofobia, terra, questão geracional, trabalho, quilombos, questão de gênero, portadores de deficiência, meio ambiente, etc.).

l) Espaço de ONGs Negras, propriamente ditas • Boa parte dessas organizações trabalham na formação de militantes, assessoria, consultoria, mas muitas ampliam suas ações.

m) Espaço da mídia • inclui jornais, revistas, programa de rádio ou TV e outros meios de comunicação, sendo, que a maioria trata exclusivamente da temática negra.

n) Espaços Acadêmicos • refiro-me aqui, sobretudo, às universidades, onde existem Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABs), Centros de Estudos e organizações de pesquisadores /as e de universitários/as negros/as. Existe, também, uma universidade/faculdade afro-negra.

o) Espaços artístico musical da afro-diáspora • Grupo de Rap/Hip-Hop, Associações/Casas de Reggae, Grupos de Funk, Grupos/Bandas de Gospels (o samba e a capoeira, poderiam estar nessa categoria, mas preferi incluí-los no 'a')

p) Espaços Artísticos literário, teatral, cinema • Atuam em grupos e/ou individualmente, levando a temática negra nas poesias, contos, peças, filmes, vídeos, esculturas, pinturas/gravuras e outras formas artísticas.

q) Espaços 'Coletivizados' • Inclui, redes, fóruns municipais, estaduais e nacionais, que discutem a questão do racismo, sendo um espaço onde as 'con-divergências' se explicitam mais.

r) Espaços de empresariado negro • Estão incluídos as poucas organizações que tem trabalhado no espaço empresarial, sendo a maioria de porte micro.

s) Espaços GLBTs (a conferencia nacional botou o L na frente) • Embora muitas pessoas negras que se reconhecem ou não como gays, lésbicas, bi e transsexuais prefiram ter atividades dentro entidades negras não homofóbicas, existem algumas organizações GLBTs somente de negros e negras.

t) Espaço Sociedade Civil/Estado • Os Conselhos de Negros e Negras (existem conselhos de negros?) a nível estadual, municipal e federal, se inserem nesse espaço.

u) Espaço do Estado/Executivo • Aqui se insere os Órgão criados a nível federal, estadual e municipal (Secretarias de Estado, Fundações, Núcleos, Delegacias). A rigor, não devem ser considerados como 'movimento negro', porém, como se tratam de espaços conquistados pelo movimento negro, não creio ser uma heresia total citá-los aqui.

Há que ser ressaltado que o sistema capitalista induz a tanta competição que, no meu entender, a rigor, muitas pessoas negras conseguem se engajar em partidos políticos e não em movimentos (negro ou outros), for força da 'adrenalina' da competição e não por ter tanta consciência que o poder político (propriamente dito)¹⁴, é tão forte quanto o econômico - antigamente os políticos, geralmente, eram prepostos do empresariado; agora, o próprio empresariado está no parlamento e/ou parlamentares se tornam empresários/as.

¹⁴ Costumo brincar com algumas pessoas negras engajadas em Partidos Políticos de que só teremos um grandioso número de representantes no parlamento, no dia em que criarmos o 'Partido dos Ex-cabos eleitorais'.

Outro aspecto que vem das entranhas do capitalismo é o fato de termos associações de empresários/empreendedores negros, que acham 'perfeitamente normal' que façam propaganda/comercializem produtos de 'beleza' como 'pastas de alisar cabelos', instrumentos de 'chapinhar', apoiados na idéia de que 'já que alguém vai ter lucro com isso..., por que não eu?'

Deixando essas 'querelas' para lá, sabe-se que várias organizações incluídas nos 'espaços' citados se articulam. Entretanto, acredito ser necessário um estreitamento entre todas e a criação de uma organização que as congregue e passe a ter visibilidade e força a nível nacional (e, em conseqüência, contribuindo mais ainda a nível internacional).

Essa organização, entretanto, só poderá contribuir para a construção de um regime para além da democracia formal ('formal-substantiva'), se conseguir ser criada e/ou manter fortes articulações com as demais organizações de outros segmentos e/ou que trabalham para implantar a justiça integral, neste país.

Creio que 'Os diálogos contra o racismo', que juntou a AMNB, Abona, Ibase, ...) pode ser tomado como um bom exemplo para que não percorramos um caminho de isolamento pouco profícuo.

Enfrentamento 2

Eliminar a distância entre o movimento negro e população negra

'O que me oferecem para querer e gostar de ser uma pessoa negra?'

Não obstante a multiplicidade de espaços citados no item anterior (são dezenas de Entidades/Associações/Grupos, etc.) e, não obstante, também, os vários avanços conquistados, creio que a equidade racial ainda está longe, até porque a maior parte da população negra como um todo, ainda, está muito desmobilizada para a luta sócio-racial.

São várias as razões para isso, sendo que todas derivam do próprio racismo. Quer pela força da classe dominante (inclui a grande mídia, também, hegemônica por brancos/as), quer por não contarmos com o apoio explícito e inequívoco das 'Igrejas', do Estado e de muitas organizações do movimento social, as quais em várias ocasiões, querem nossa presença, apenas, para validar suas próprias ações, sem conseguir incluir a questão racismo de forma orgânica em suas atividades.

Assim, as ideologias - inferioridade racial, embranquecimento e democracia racial - que são enormes e caudalosas fontes de desmobilização da população negra, uma vez que continuam forjando um rebaixamento de nossa auto-estima coletiva, devem continuar sendo alguns dos principais focos de nossa ação, até dentro das próprias organizações negras.

Além dos fatores citados, é provável que o, relativamente, baixo engajamento da população negra nas organizações do movimento negro se deva entre outros aspectos, a ausência de um bom e estável suporte jurídico-político às Entidades, pois isso propiciaria um apoio mais competente e contundente às vítimas do racismo explícito e criaria condições de apoio em outros aspectos da vida social, aumentando a confiabilidade no trabalho dessas Entidades.

Embora ache necessária a existência de diversificados modos de pensar e agir - até porque creio que não devemos nos dar ao luxo de dispensar qualquer oportunidade de combater o racismo -, creio que temos de 'correr mudando a roupa', combinando a luta racial com as demais que buscam um sociedade que, qualquer que seja seu nome, tenha como princípios a equidade integral.

E como se conseguirá isso? Sabemos que no capitalismo o 'ter' tem mais valor que 'ser', mas o racismo chega a contrariar até essa lógica, uma vez que alguns de nós que estão bem no 'ter' também sofrem com o racismo. Por outro lado, sabe-se que os países que experimentam ou experimentaram outro sistema econômico, não superaram as discriminações étnico-raciais¹⁵.

Certamente nossos desafios, como ativistas negras e negros, são maiores, uma vez que não se deve estranhar, totalmente, um certo pensar/agir utilitarista, imediatista que estão presentes, também, entre nós, até porque, para se viver o amanhã, é necessário sobreviver hoje e, de preferência, de forma alegre¹⁶.

Assim, tudo indica que para aumentar nossa mobilização nossas Entidades devem ser e se mostrar mais úteis possíveis. Qual a vantagem de passar a gostar de ser negro ou negra e combater firmemente o racismo? As cadeias estão lotadas de negros e negras; como ter sucesso na defesa dos que merecem voltar ao convívio social?¹⁷ E evitar que voltem e que outros/as nelas entrem? Temos como apoiar, fortemente, o ingresso de negros/as no mercado de trabalho/geração de renda? Temos médicos/as amigos/as que possam nos apoiar em horas difíceis? Temos muitos 'Antonicos'¹⁸?

Então, como poderemos convencer negras e negros ao engajamento em nossas organizações? 'Apenas' com subjetividades, nem sempre são captáveis?

¹⁵ Após a 'desintegração' do euro-socialismo as brigas étnicas/religiosas vieram à tona com uma força inimaginável; também a questão indígena que contribuiu para recuos na Nicarágua, mostrou que ações de vanguarda não devem ser reducionistas; a persistência do racismo em Cuba, também deve ser objeto de reflexão. Também não devemos perder de vista as questões dos ditadores africanos negros. Quem dera nosso viver fosse mais fácil!

¹⁶ Nunca se sabe se esse tipo de 'afro-negro-epicurismo' tem mais a ver com visão de mundo ou desesperança o amanhã, ou, ainda, com as duas coisas. O que se observa é que.

¹⁷ Atualmente São Paulo é o Estado que possui a maior população negra do Brasil, em números é possível acreditar que a criação da Defensoria Pública ocorreu só em 2006, através da Lei Complementar Estadual nº 988?

Embora a questão das cotas nas Universidades tenham angariado militantes, há que se reconhecer que maioria da população negra não só não está na fase de pré-vestibular, mas, também, representa um dos segmentos com menor nível de escolaridade e informação.

Então, não há dúvida de que, além de ações mais contundentes, precisamos abrir, também, caminhos mais 'úteis', sem ficar preocupados/as de que essa ou aquela ação possa parecer assistencialismo.

Porém, assim como o movimento negro necessita se aproximar do 'segmento desmobilizado politicamente', este necessita do movimento negro e para isso, creio que devemos ampliar nossa área de ação, atuando não somente nas questões das discriminações raciais (propriamente ditas: delegacia contra discriminação; leis anti-racismo; advogados para defesa de negros/as, aplicação da Lei 10639, cotas para ingresso nas universidades e concursos públicos, cursos pré-vestibulares e para concursos, etc.), mas, também, nas outras questões que estão mescladas à maioria da população como um todo: movimento pela moradia, mercado de trabalho/geração de renda, segurança, atendimento à saúde, etc.

Enfrentamento 3

Captar recursos para ampliar o engajamento

Dá para seguir tentando mobilizar para a luta estando na pindaíba?

O movimento negro tem encontrado obstáculos imensos à sua ampliação e fortalecimento, até por força da própria natureza da luta que enceta.

Grande parte das dificuldades está no fato de que a maioria da população branca se beneficia com a manutenção do racismo. Pessoas brancas tem tido prioridade em todos os setores da vida social, inclusive as que estão na camada de baixa renda, pois são priorizadas para ocupar vagas de baixa remuneração no mercado de trabalho – em restaurantes, shoppings, etc..

Em sociedades multirraciais/pluriétnicas, na relação o segmento subalternizado, a classe dominante tende a confiar mais nas pessoas que têm biótipo semelhante ao seu.¹⁹

Ninguém consegue sair do poço puxando-nos por nossos próprios cabelos. Então, teremos de garantir apoios financeiros - e de outras ordens -, para impulsionarmos nossa mobilização e fortalecimento.

¹⁸ Refere-se à música do mesmo nome, de autoria de Ismael Silva (Ô Antonico Vou lhe pedir um favor/Que só depende da sua boa vontade/É necessário uma viração pro Nestor/Que está vivendo em grande dificuldade/ Ele está mesmo dançando na corda bamba/Ele é aquele que na escola de samba/Toca cuíca, toca surdo e tamborim/Faça por ele como se fosse por mim/Até muamba já fizeram pro rapaz/Porque no samba ninguém faz o que ele faz/Mas hei de vê-lo bem feliz, se Deus quiser/É agradeço pelo que você fizer).

¹⁹ Li algo parecido em algum lugar, mas não me lembro agora onde foi. Desculpem.

Nesse (e em outros) sentidos, quando se pensa no Estado, sabemos que teremos de enfrentar o racismo institucional. Por ser tão forte quanto em outros setores da vida social²⁰ temos que conseguir não fissurá-lo, e sim, fraturá-lo em várias partes, nos âmbitos do Executivo, Legislativo e Sistema Judiciário -, neste aliás, não temos conseguido nem fazer cócegas.

Por outro lado, as relações com agências de cooperação internacionais (ACI), tem sido bastante complexas. Em algum tempo elas tinham receio de apoiar Entidades Negras porque governos proibiram até que se falasse sobre racismo no Brasil.

Houve época em que esse tipo de recurso ficou um pouco mais acessível, porém não estávamos organizados devidamente²¹ e em algumas das organizações, uns poucos militantes 'meteram os pés pelas mãos', então algumas entidades ficaram 'queimadas', outras 'chamuscadas', e isso prejudicou um pouco a confiabilidade de outras tantas.

Sabe-se que muitas ACI tem priorizado apoios em outros continentes, inclusive a países africanos. Realmente lá existem situações tão calamitosas (originadas, também, no colonialismo europeu), que não podem e nem devem deixar de estar entre as prioridades. Entretanto, devemos continuar tentando que apóiem as organizações negras, também, pelas nossas questões históricas – o escravismo e tráfico de africanos negros contribuíram na acumulação de riquezas na maioria dos países europeus.

Existem outras questões ligadas a essa fonte. Pelas vantagens acumuladas, inclusive através do racismo, geralmente, são pessoas brancas (não livres do 'racismo à brasileira') que assessoram, intermediam as ACI, o que, algumas vezes, acabam 'atracando' nossas relações com as agências – algumas assessorias se transformam em 'capatazia' e/ou 'mais reais que o rei/rainhas'.

Por outro lado, pode ocorrer que assessorias sejam realizadas por negros/as (difícil, mas existe), pode acontecer desses ficarem receosos de que seu empregadores pensem que estão 'advogando em causa própria' ou ter atitudes dos que se sentem 'apenas o máximo' e terminem, também, atrancando o acesso pretendido. Então a coisa é do tipo 'se correr o bicho pega, se ficar o bicho come'.²²

Poderemos dar um jeito de criar um 'serviço' na Serra da Barriga e 'criar' uma certa mística do tipo: 'toda pessoa negra brasileira deve ir, pelo menos uma vez, à Serra da Barriga, reverenciar nossa ancestralidade' (ou algo parecido). Muita coisa deve ser pensada.

²⁰ Quem ativa a 'máquina estatal' são pessoas e são as mesmas que 'habitam' essa sociedade encharcada de racismo.

²¹ Até hoje a maioria das Entidades não está.

²² Não se trata de estar adotando a teoria da conspiração ou 'afro-negra-paranóia'.

Enfrentamento 4

Atuar a nível macro a partir do fortalecimento do meso-micro

Sabemos, o Brasil é um país que possui um território enorme²³, com elevada biodiversidade, muitos recursos minerais, elevado potencial energético, várias bacias hidrográficas e é, também, multi-racial, pluri-étnico, sendo que sua população está estimada em cerca de 186 milhões de habitantes.

Considerando que a língua oficial é a portuguesa e a população negra (cerca de 45%, a maioria só fala 'pretuguês'²⁴), está concentrada nas camadas mais baixas de renda, com menor nível de escolaridade e informação, as barreiras da língua, têm dificultado as articulações do movimento negro com segmentos negros de outros países, fronteiriços ou não.

Por outro lado, a América do Sul atravessa um período singular do ponto de vista político, uma vez que as chamadas 'esquerdas' assumiram o poder em boa parte do continente, provocando uma certa inflexão no sentido socializante, nessa região do mundo.

Assim, muitas análises têm sido elaboradas, divulgadas, contestadas, mas a maioria delas apontando para um caminhar socialmente mais progressista, mesmo que em matizes diferenciadas e sem romper com o sistema capitalista.

Bolívia, Equador, Nicarágua e Venezuela, têm sido apontados como 'de vanguarda' e Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, em caminhos com matizes menos avançados²⁵.

Para alguns, o bloco considerado mais progressista, possui instituições políticas mais frágeis, havendo, por isso, alguns riscos de que acabem num se reduzindo a um populismo o que poderá esterilizar, em parte, ações mais processuais. Por outro lado, nesse momento em que (ainda) é hegemônica a globalização neoliberal-financeirizada, a luta por uma readequação do tamanho (e qualidade) do Estado, assume grande importância nesses países.

Outra questão que está no foco é a degradação sócio-ambiental/aquecimento global e isso coloca confronto as alas desenvolvimentista e a ambientalista, em todas as 'arenas' de decisões políticas – sobretudo quando se trata de Amazônia²⁶.

²³ Brasil ocupa mais de 8 milhões de km².

²⁴ Citado por Lélia Gonzáles, a qual - segundo Jurema Werneck da Criola, e eu acredito -, declarou ser um termo cunhado por africano lusófono.

²⁵ Em algumas análises, esse dois grupos formam o que tem sido chamado 'as duas esquerdas'; divisão que vem sendo adotada, também, para o continente europeu.

O momento requer contundência na defesa do direito à diversidade com equidade, inclusive, econômica. Ocorre que a ascensão das 'esquerdas' provou um significativo desfalque nos quadros da militância das organizações do movimento social, pois se tornaram, agora, agentes do Estado, com deveres um tanto diferenciados dos que tinham anteriormente. A avanços e recuos são normais porém, nesse dinâmico cenário, creio que devemos forçar um garantir apoio mais significativo ao fortalecimento das organizações da sociedade civil, para que a 'catraca política' seja acionada fazendo com que os avanços sejam maiores que os recuos.

Creio que a próxima reunião do Fórum Social Mundial (Belém-Pará-Amazônia-Brasil, janeiro de 2009), poderá ser um bom momento para que consigamos estreitar nossas articulações e, também, saltar para patamares²⁷ que nos proporcionem, o apoio antes referido, maior visibilidade, e, também, inserção adequada no tratamento das temáticas gerais, caso consigamos fazer intervenções mais qualificadas em todos os 10 objetivos dessa FSM que são:

- 1 • Pela construção de um mundo de paz, justiça, ética e respeito pelas espiritualidades diversas, livre de armas, especialmente as nucleares.
- 2 • Pela libertação do mundo do domínio do capital, das multinacionais, da dominação imperialista patriarcal, colonial e neocolonial e de sistemas desiguais de comércio, com cancelamento da dívida dos países empobrecidos.
- 3 • Pelo acesso universal e sustentável aos bens comuns da humanidade e da natureza, pela preservação de nosso planeta e seus recursos, especialmente da água, das florestas e fontes renováveis de energia.
- 4 • Pela democratização e descolonização do conhecimento, da cultura e da comunicação, pela criação de um sistema compartilhado de conhecimento e saberes, com o desmantelamento dos Direitos de Propriedade Intelectual.
- 5 • Pela dignidade, diversidade, garantia da igualdade de gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual e eliminação de todas as formas de discriminação e castas (discriminação baseada na descendência).
- 6 • Pela garantia (ao longo da vida de todas as pessoas) dos direitos econômicos, sociais, humanos, culturais e ambientais, especialmente os direitos à saúde, educação, habitação, emprego, trabalho digno, comunicação e alimentação (com garantia de segurança e soberania alimentar).

²⁶ Dos nove países: Brasil, Venezuela, Colômbia, Equador, Bolívia, Peru, Guiana, Paramaribo, Guiana Francesa, embora sobre este último, por ser departamento da França, alguns não o considerem como país.

²⁷ Não significa, necessariamente, saltar para cima; pode ser para o lado, para baixo, etc. Crescer, também não significa só para cima, pode ser como raízes de plantas que geralmente crescem para baixo; pode ser, também, na horizontal, para dentro, para fora. Tudo não tem uma só direção, dimensão etc.

7 • Pela construção de uma ordem mundial baseada na soberania, na autodeterminação e nos direitos dos povos, inclusive das minorias e dos migrantes.

8 • Pela construção de uma economia centrada em todos os povos, democratizada, emancipatória, sustentável e solidária, com comércio ético e justo.

9 • Pela ampliação e construção de estruturas e instituições políticas e econômicas – locais, nacionais e globais – realmente democráticas, com a participação da população nas decisões e controle dos assuntos e recursos públicos.

10 • Pela defesa da natureza (amazônica e outros ecossistemas) como fonte de vida para o Planeta Terra e aos povos originários do mundo (indígenas, afrodescendentes, tribais, ribeirinhos) que exigem seus territórios, línguas, culturas, identidades, justiça ambiental, espiritualidade e bom viver.

Diante dessa proposição e do tudo que já registrei, creio que não dá para negar ao tamanho dessa pretensão, corresponderá um tampão de desafios. Um deles será, concatenar o 'pensar e agir', de forma que haja simultaneidade nas ações que partem do local ao internacional; em âmbitos setoriais diferenciados (educação, cultura, geração de renda, lazer, etc.); nas relações inter/intra movimentos sociais; aliás, que envolve o todo da sociedade. Isso pode até poderá vir a ser impossível, porém, quando jovem, li e gostei da frase²⁸: "O impossível reside nas mãos inertes das pessoas que não tentam".

'Quens' se habilitam?

Um funeral

Assim, recusando, obstinadamente, o destino de um certo afro-Sísifo²⁹, nosso povo negro contribuirá no assassinato e no funeral das práticas racistas.

Bibliografia

- ARNTZ W, CHASSE B, VICENTE M. Quem somos nós? – A descoberta das infinitas possibilidades de alterar a realidade diária. Tradução Doralice Lima. Rio de Janeiro: Prestígio Editorial, 2007
- BENTES, Raimunda Nilma de Melo, Negritando, Belém: Graphitte 1993.

²⁸ Tem gente que odeia frases, mas eu gosto de muitas.

²⁹ Lenda grega: Sísifo condenado a empurrar morro acima, uma pedra gigante, deixá-la voltar morro abaixo e empurrá-lo novamente.

- BOBBIO, Norberto; Estado Governo Sociedade, Para uma teoria geral da política, Paz e Terra, 4ª, edição 1995.
- CEDENPA: Raça Negra a Luta pela Liberdade; Noções Sobre a Vida do Negro no Pará; Escola e Racismo: A questão do Negro em Belém; Plantando Axé: Reflexões sobre as religiões afro-brasileiras, Cuia de Axé e ABC do Combate ao Racismo.
- FREITAS, Décio, O escravismo Brasileiro, Editora Mercado Aberto, 2a, edição, 1982
- HASENBALG, Carlos. - Discriminações e Desigualdades Raciais no Brasil - Rio de Janeiro, Graal - J 1979
- SANTOS, Milton; Thoth, n. 4, As exclusões da globalização: pobres e negros; Obra coletiva; Secretaria Especial de Editoração e publicações – Senado Federal, 1998.
- NASCIMENTO, Adbias do, Memórias do Exílio, Brasil 1964/19??-Obra Coletiva -Editora Arcádia, 1976
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. O Poder do Macho, São Paulo, Moderna, 1987.
- SALLES, Vicente. O Negro no Pará. Brasília, Ministério da Cultura, 2ª. Edição, 1988.
- Link - www.comciencia.br/reportagens/negros/12.shtml

Outras fontes importantíssimas

- Memória difusa da leitura de diversos livros, de matérias jornalísticas, de artigos acadêmicos, sobretudo, de negros e negras, que devem ser lidos sem moderação.
- Conversas (longas ou curtas, amenas ou não) e troca de energia com: diversos militantes do movimento negro, sobretudo, mulheres negras; com pessoas não-negras (inclusive do 'quilombo de Barcelona' e amigas alemãs), minha família e, evidentemente, com a militância do Cedenpa - Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará e do Imune-Instituto de Mulheres Negras – não cito nomes pois posso cometer omissões injustificáveis.



Nossos passos vêm de longe!

Movimento de Mulheres Negras e Estratégias Políticas contra o Sexismo e o Racismo

Jurema Werneck¹

O que apresentarei aqui não são idéias minhas. Falo do que vi, aprendi, li, ouvi, a partir de minha inserção em comunidades heterogêneas: de diferentes gerações, sexualidades, racialidades, escolaridades, possibilidades econômicas, culturais e políticas, e muito mais. Penso que a originalidade de que posso ser acusada refere-se à tentativa de juntar aqui muitas fontes, diferentes vozes. Não vou nomear cada uma delas, não porque queira ocultá-las, mas para destacar a riqueza e a amplitude da circulação de idéias que não sabemos onde começam, que se entrelaçam, que se propagam especialmente entre mulheres, criando comunidades de saber cujas fronteiras são imprecisas. E ainda, por ter dificuldades de aceitar, nesta circulação dinâmica de idéias, seu encarceramento nos paradigmas do individualismo ou da propriedade privada.

Assinalo que muitas palavras, termos e conceitos que utilizarei são instáveis, imprecisos. Eles vêm sendo, ao longo das diferentes lutas de resistência, questionados, criticados, repositados e refeitos. Utilizarei muitos destes aqui. Peço, então, que desconfiem.

É a partir destas considerações que digo o que direi a seguir:

As mulheres negras não existem. Ou, falando de outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos.

Ao afirmar estas heterogeneidades, destaco a diversidade de temporalidades, visões de mundo, experiências, formas de representação, que são constitutivas do modo como nos apresentamos e somos vistas ao longo dos séculos da experiência diaspórica ocidental. Tais diversidades fazem referência às lutas desenvolvidas por mulheres de diferentes povos e regiões de origem na África, na tentativa de dar sentido a cenários e contextos em rápida e violenta transformação. Mudanças que resultaram na constituição de uma diáspora africana que significasse algum tipo de continuidade em relação ao que antes poderia ser definido como nós, com o que éramos e que não seríamos nunca mais.

¹ Este artigo resulta de comunicação apresentada no Colloque International Genre. Vents D'Est, Vents D'Ouest - mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux. Genebra, 16 e 17 de outubro de 2008, organizado pelo Institut de Hautes Études Internationales et du Développement. Uma versão em francês constará da publicação resultante do evento, ainda no prelo.

Na formação e expansão desta diáspora, as articulações empreendidas tinham e têm como âncora principal a luta contra a violência do aniquilamento - racista, heterossexista e eurocêntrica - com vistas a garantir nossa participação ativa no agenciamento das condições de vida para nós mesmas e para o grupo maior a que nos vinculamos. Articulações que se desenvolveram apesar das ambigüidades e limitações de identidades fundadas em atributos externos impostos pelo olhar dominador, de forte marca fenotípica (visual) e cuja amplitude de aniquilamento estende-se ao genocídio e ao epistemicídio.

Assim, é possível imaginar que se não houvesse um movimento de colonização com força econômica, política e cultural amparado num racismo baseado na cor da pele e na deslegitimação e negatização dos significados e significantes relacionados à África em sua heterogeneidade ou singularidade. Se não fosse uma dominação apoiada em esquemas patriarcais heterossexistas e em condições de extrema exclusão. Se a resistência a estes cenários não fosse um imperativo de sobrevivência, talvez não houvesse mulheres negras (e, é claro, não apenas nós).

O que haveria?

Não estou preparada para qualquer exercício de projeção de cenários ou adivinhações. Apenas destaco a amplitude do impacto que escravidão, colonização e os regimes racistas tiveram e têm na valorização (no sentido de emergência e destaque) de um conjunto de características que vieram a constituir nossa identidade.

A diferença que os processos de singularização das mulheres negras produziu implica uma diferenciação entre sujeitos e grupos com base na raça e no gênero: homens e mulheres, blanc@s e negr@s. Diferenciação que denuncia e recusa as condições de privilégio e de poder de violência como atributo do pólo racial branco, independentemente das condições biológicas do sexo ou dos desnivelamentos secundários às políticas de gênero. O que quer dizer também que reconhece, nas mulheres brancas de diferentes épocas também um pólo de poder e de violência.

Assim, as articulações desenvolvidas recolocaram na esfera das disputas políticas sujeitos definidos pelas lentes do racismo patriarcal, dentro e fora do feminismo, como um pólo passivo, incapaz e irresponsável. Análises que muitas de nós consideramos inaceitáveis.

A partir daí, é possível visibilizar, no interior destas articulações, as diferentes possibilidades a que as mulheres negras recorreram, os diferentes repertórios ou pressupostos de (auto) identificação ou de identidade, de organização política. Tais possibilidades partem deste reconhecimento: estamos diante de diferentes agentes históricas e políticas - as mulheres negras - intensas como toda diversidade.

Entre estes repertórios estão alguns dos mitos sagrados presentes no Brasil desde que a diáspora africana foi criada. Estes, referem-se a figuras femininas que atuaram e ainda atuam como modelos, como condutores de possibilidades identitárias para a criação e recriação de diferentes formas de feminilidade negra.

E quem são elas?

A tradição ioruba - dos povos africanos sub-saarianos, especialmente aqueles que vieram de onde se localizam hoje Benin e Nigéria a partir do século XIII, nos disponibilizou diferentes exemplos. Não deve ser coincidência estes mitos terem resistido à travessia transatlântica nas condições sub-humanas com que vieram, resistindo ao regime de aniquilamento e terror racial, às investidas do eurocentrismo cristão, à violência patriarcal, sendo preservados (e, é claro, transformados, pois se trata de culturas vivas) na tradição afro-brasileira do século XXI. Cito aqui algumas delas:

- **Nanã:** é a responsável pela matéria de que é feita todo ser humano, a terra úmida, a lama e o lodo. Insubordinada, recusou-se a reconhecer e aceitar a supremacia masculina de Ogum, o senhor dos metais e das guerras, sobre as demais divindades. Esta recusa é simbolizada pela proibição do uso de metais em suas cerimônias até hoje. Nanã, mulher idosa, está ligada também à morte, ao passado e à preservação da tradição.
- **Iemanjá:** é a dona das águas do mar, mãe de todos filhos-peixes. Tem seios fartos e simboliza a maternidade acolhedora. Foi casada, mas seu marido desrespeitou uma das regras que lhe impôs (não falar mal de seus seios), rompeu com ele, saiu de casa, voltando para casa de sua mãe. Aqui, reafirma a ligação e parceria entre mulheres e o poder da maternidade. Além de assinalar que o divórcio é também sagrado.
- **Iansã:** é a senhora dos ventos e dos raios. Uma força guerreira, perigosa, insubordinada. É ela que, desobedecendo à regra que vedava às mulheres a participação no culto dos mortos, obteve o poder de penetrar suas cerimônias e dançar com eles. Compartilha seus mistérios. E ainda, é aquela que, apropriando-se dos poderes destinados ao rei - Xangô, seu marido - adquiriu o poder de cuspir raios e soltar fogo pela boca. Iansã é também a mãe que abandona os filhos, que serão criados por Iemanjá.
- **Oxum:** travou uma disputa com Orixalá, o rei, por seus poderes. Dessa disputa saiu vitoriosa, tornando-se a senhora do ouro e da riqueza. Como Nanã, é chamada de Ialodê, a que fala pelas mulheres. Está ligada à fecundidade, à menstruação e ao futuro. E à instabilidade simbolizada pelo curso dos rios. Uma das características mais expressivas de Oxum é sua sensualidade, sua sabedoria em relação às artes e delícias do sexo.
- **Obá:** é corpulenta, forte, especialista em luta corporal, através do que venceu todos os deuses e deusas. Exceto um, Ogum, que só pôde vencê-la de forma desonesta. Ou seja, sua força só pode ser rivalizada pela astúcia.

Temos também as tradições de origem nos povos bantus (especialmente onde hoje estão Angola e Moçambique), que foram os primeiros povos africanos trazidos à região. Estas propagam também modelos de mulheres fortes, guerreiras, sensuais, muitas delas com os mesmos nomes e atributos das divindades iorubas. Entre as diferenças, destaca-se as novas modalidades de articulação cultural que estabeleceram a partir de

intercâmbios com outras culturas marginalizadas, e com as mulheres destas culturas, nas periferias urbanas do país e nas áreas rurais. Assim, ao lado das diferentes divindades de origem africana, cultuam também divindades indígenas, entre elas as índias guerreiras (chamadas de caboclas - a uma delas devo meu nome, Jurema), as ciganas, as prostitutas, as que vivem nas ruas.

Trabalhadoras, lutadoras, as que não estão subordinadas ao poder masculino, as que não têm ou não querem homens ou filhos (mas sem abrir mão do sexo), sensuais, voluntariosas, fortes. Estes são algumas das possibilidades de sermos o que somos, alguns dos exemplos de nosso repertório de identidades, ou de feminilidades, que encontraram ressonância e pertinência entre nós ao longo dos séculos, sendo atuantes até hoje, século XXI.

É importante assinalar que estes não são os únicos modelos que puderam ser apropriados, vividos ou identificados por nós: outras divindades femininas, masculinas ou ambíguas (não exatamente hermafroditas) também podem ser incorporadas por mulheres; bem como as crianças; velh@s; curandeir@s; guerreir@s; tudo está à disposição de todas e todos.

Há ainda relatos que apontam a existência e funcionalidade de sociedades secretas, como Geledê e Eleekó, cujos registros em nossos dias são precários. Eram responsáveis pelo manejo do sagrado e das articulações entre mulheres em torno de seus poderes mágicos, transcendentais. Estas sociedades, ainda que nem sempre de modo operacional ou explícito, tiveram funcionalidade no território brasileiro.

Ainda no âmbito das articulações políticas em torno do sagrado e do encontro entre matrizes culturais e religiosas ocidentais e africanas, foram criadas Irmandades femininas negras. Estas eram associações religiosas abrigadas no interior dos rituais cristãos, especialmente na religião católica hegemônica no período escravocrata. E tiveram grande importância no estabelecimento de condições materiais de subsistência para as mulheres de diferentes etnias africanas e para as afro-brasileiras. Bem como propiciaram as articulações necessárias para o confronto ao regime da época, inclusive para as ações e estratégias políticas de massa, como as revoltas urbanas. Algumas destas são atuantes até hoje, como a Irmandade da Boa Morte, no interior da Bahia. Vinculada à igreja católica, ela reúne mulheres negras idosas da mais alta hierarquia das religiões afro-brasileiras, especialmente do Candomblé. Seus rituais públicos explicitam as articulações entre religiões e matrizes culturais, ainda que seus mistérios sejam profundamente afro-brasileiros.

Tive oportunidade de destacar em outros momentos e em diferentes artigos a figura da Ialodê. Trata-se, originalmente, de um título designativo da liderança feminina que, segundo registros historiográficos precários, existiu nas cidades iorubas pré-coloniais. Ialodê indicava a representante das mulheres nos organismos de decisão pública coletiva. Algumas fontes assinalam que o termo Ialodê nomeava também a associação pública a que diferentes mulheres se vinculavam.

Esta figura foi preservada em território brasileiro, no interior das comunidades tradicionais religiosas, passando a habitar a esfera do sagrado. Nesta incorporação, o termo se vincula às divindades femininas, Oxum e Nanã, a quem já me referi, assinalando seu poder de ligar passado e futuro, unindo fecundidade e morte desde uma perspectiva de tempo cíclico, suas continuidades e transformações. E do protagonismo das mulheres.

Ao mesmo tempo, na prática cotidiana não religiosa, ialodê chegou a ser utilizado como um dos atributos de uma importante lalorixá (sacerdotisa das religiões afro-brasileiras) que viveu no início do século XX na Bahia, no Brasil. Ela, que ficou conhecida como Mãe Senhora, foi uma das principais responsáveis pelas negociações políticas, culturais e sociais que permitiram a manutenção da tradição e da religião de origem ioruba entre nós. Mantendo também importantes relações com a África, especialmente às regiões iorubas.

Atualmente, ialodê é termo apropriado pelo movimento social de mulheres negras brasileiro, para nomear organizações e atributos de liderança e representação.

Chamar atenção para ialodê, para as divindades aqui assinaladas e para as diferentes associações de mulheres, é um modo de destacar exemplos das formas políticas e organizacionais cuja origem precedeu a invasão escravista e colonial. Estes reafirmavam e reafirmam a política como um atributo feminino desde a época anterior ao encontro com o ocidente. Diga-se de passagem, ao contrário do que afirmam muitas e muitos, a ação política das mulheres negras nas diferentes regiões não foi novidade inaugurada pela invasão européia e a instauração da hegemonia cristã. O que torna fácil compreender que tais ações precederam a criação do feminismo. No entanto, seu grau de influência sobre a criação deste ainda permanece invisível.

No caso das mulheres negras e suas lutas, é possível considerar que tais formas organizativas tiveram participação importante na organização da série de ações de resistência à escravidão empreendidas ao longo dos séculos que durou o regime no Brasil, tanto aquelas ações cotidianas de confronto entre senhores e escravos, como as fugas individuais e coletivas, os assassinatos (justiçamentos) de escravocratas mulheres e homens, as revoltas nas fazendas e as revoltas urbanas lideradas por africanos e afro-brasileiros que marcaram a história do país e deram uma feição especial a todo o século XIX. Todas tiveram expressiva participação de mulheres em diferentes posições, especialmente a partir de sua capacidade de circulação e articulação entre diferentes grupos.

Um outro exemplo é apresentado pelos quilombos, apesar de ainda se negligenciar a dimensão e importância das articulações entre mulheres, das tradições e dos repertórios de agenciamento para as lutas empreendidas.

Os quilombos aparecem em relatos da história do país ao longo de toda a experiência colonial. Eram territórios livres para aquelas e aqueles que lograram escapar do

regime escravocrata, ocupando muitas vezes regiões de difícil acesso aos soldados e representantes do estado colonial. Ainda assim, há relatos de quilombos localizados no interior das fazendas ou nas periferias dos centros urbanos da época.

No Rio de Janeiro, o quilombo de Iguaçú, que existiu ao longo de todo o século XIX (1812 a 1883), foi comparado à Hidra de Lerna, ser da mitologia grega, que possuía sete cabeças, cuja capacidade de regeneração provocava terror. A Hidra só pode ser destruída pela força de um semi-deus, Hércules. Já o quilombo de Iguaçú, apesar de combatido incansavelmente pelas forças militares e políticas de sua época, chegou a ser o principal fornecedor de combustível (lenha) para a sede do Império, negociando diretamente com os emissários do imperador.

O mais famoso de todos os quilombos brasileiros, chamado por diferentes fontes de República dos Palmares, foi formado por 11 mocambos (quilombos), reunindo milhares de pessoas, entre africanos, afro-brasileiros, europeus, euro-brasileiros e indígenas, principalmente. Havendo relatos da presença de árabes muçulmanos e de judeus em seu território. Seus primeiros relatos historiográficos foram registrados em 1597 e sua resistência foi combatida até 1707, quando foi considerado destruído. Até hoje, Palmares é visto como símbolo da resistência negra no país, sendo um de seus líderes, Zumbi, considerado herói nacional.

É possível encontrar em diferentes relatos sobre os quilombos no Brasil, ainda que de forma indireta, pistas da participação e liderança femininas em diferentes posições de comando, exemplificados pelas figuras de quilombolas como Aqualtune, Acotirene, Mariana Crioula, entre outras, ou de articulação econômica ou política de resistência.

Nos dias atuais, há relatos da existência de mais de quatro mil comunidades quilombolas em território nacional brasileiro, a que o Estado resiste em reconhecer e prover os direitos básicos de cidadania. Nestas comunidades, a liderança feminina não é incomum, a despeito do grau de penetração da cultura cristã em seu ambiente.

Com o fim da escravidão e do regime colonial, a luta das mulheres assumiu outras frentes, voltadas para a garantia de participação de negras e negros na sociedade brasileira em condições de equidade. Um exemplo é a fundação da primeira associação de trabalhadoras domésticas no estado de São Paulo na década de 30 do século XX, que teve como principal alicerce a ativista Laudelina Campos Melo, que também integrava a Frente Negra Brasileira, organização que visava à integração da população negra à sociedade brasileira pós-escravidão, sendo inclusive uma de suas financiadoras e articuladoras. A centralidade do trabalho doméstico na história econômica do Brasil refere-se ao fato de esta ser a principal profissão até hoje exercida majoritariamente por mulheres negras, num contingente atual de sete milhões de trabalhadoras. O trabalho doméstico teve e tem grande importância para o estabelecimento de condições materiais mínimas de sobrevivência para o grupo negro como um todo, o que dá a dimensão da participação das mulheres negras na vida econômica da população negra e do país.

E tem sido também uma importante fonte de informações acerca da cultura europeia e dos brancos, além de ter possibilitado, desde a escravidão até hoje, diferentes formas de articulação e de resistência ao regime escravocrata e racista.

Ainda no século XX temos como marco da mobilização política das mulheres negras, a fundação, em 1950, do Conselho Nacional da Mulher Negra, formado por mulheres vinculadas à cultura, às artes e à política.

Uma frente de luta e articulação pouco valorizada, mas que teve e têm grande presença na vida cotidiana das pessoas é a atuação no campo da cultura de massa. Ao longo de minha pesquisa de doutoramento, pude acompanhar as diferentes trajetórias de mulheres negras na música popular brasileira, a partir de fins do século XIX até hoje. Um dado de destaque está no fato de ser a cultura de massa, especificamente a música popular e sua indústria, o espaço público de maior presença e expressão pública de mulheres negras no Brasil e em toda a diáspora africana. Tal fato não deve ser interpretado como mera coincidência.

Na pesquisa, pude verificar que a atuação das mulheres negras na cultura de massas foi múltipla e produtiva, ocupando posições em diferentes momentos de sua formulação, negociação e disseminação. O que garantiu sua inserção protagônica nos espaços e ações que deram origem ao samba, principal produto afro-brasileiro à disposição da indústria cultural do século XX no Brasil e fora dele, bem como nas famosas Escolas de Samba. Ainda que diferentes fatores tenham atuado para a destituição das mulheres negras de seu papel central, pelo menos naqueles espaços de visibilidade que implicavam a circulação do samba como produto dotado de valor de venda e capaz de conferir prestígio social.

Muitas de nós concordamos, nos dias atuais, acerca da importância da cultura, em suas possibilidades de organizar e mesmo normatizar a vida cotidiana das pessoas. A partir do trabalho de diferentes mulheres negras em torno do samba e seus produtos, pude verificar a intensidade da circulação de conteúdos e formas de crítica cultural e política, de confronto às hegemonias de raça e gênero; de afirmação e atualização da tradição; de expressão e significado do corpo e seus elementos; de ocupação de espaços públicos e privados; de nação, comunidade e povo. Todos estes e outros elementos e discursos estiveram e estão presentes como parte das mensagens embutidas nas melodias, nos ritmos, nas letras, nas imagens que estas mulheres propagavam e propagam através de diferentes mídias. Pude verificar também as formas como tais mulheres e as mulheres por elas representadas estavam sendo expostas como modelos identitários, repertórios de feminilidades que dialogavam e confrontavam os modelos do racismo patriarcal.

E ainda, através de sua atuação na cultura de massas, estas mulheres possibilitaram também a propagação e tradução das vozes negras e suas formulações políticas para além das esferas imediatas de atuação dos movimentos sociais, em tempos marcados tanto por ditaduras militares ou civis, quanto em tempos da paz racista e sexista.

Sabemos que tem sido a partir de condições profundamente desvantajosas em diferentes esferas que as mulheres negras desenvolveram e desenvolvem suas estratégias cotidianas de disputa com os diferentes segmentos sociais em torno de possibilidades de (auto)definição. Ou seja, de representação a partir de nossos próprios termos, a partir do que se projetam novos horizontes. Estratégias que deviam e devem ser capazes de recolocar e valorizar nosso papel de agentes importantes na constituição do tecido social e de projetos de transformação.

As ações de posicionamento cultural desenvolvidas pelas mulheres negras tiveram e têm como base a atualização seletiva de elementos da tradição afro-brasileira e de diferentes modelos que conferiam à mulher negra o poder de liderança e de agenciamentos.

Se utilizarmos a ialodê como chave de leitura, verificaremos a capacidade de agenciamento embutida nas formas com que diferentes mulheres negras disputaram e disputam participação em diferentes momentos das lutas políticas.

Aialodê reafirma e valoriza a presença e a ação das mulheres individual e coletivamente nos espaços públicos, sua capacidade de liderança, de ação política. Valoriza também as características individuais que Oxum e Nanã carregam: a capacidade de enfrentar ou contornar obstáculos, a negociação, a luta e sua força de vontade para realizar aquilo a que se propõem e que outras mulheres negras e a população negra esperam que façam, contra as variadas formas de violência, estereótipos e desqualificação que lhes são contrapostos. Valorizando também a capacidade de realização, de criação do novo ou da modernização, como Oxum assinala, que inclui a preservação da tradição, atributo de Nanã.

Não se trata de contrapor ao mito de fundação patriarcal outro que simbolize seu oposto radical, quer dizer, que reitere essencialismos e estereótipos com sinais trocados. Ao propor uma interpretação a partir e através das ialodês, o que pretendo é mostrar o caráter contingente do relato patriarcal e racista, naturalizado e reiterado nas historiografias da cultura, do anti-racismo e do feminismo. E, principalmente, recolocar o lugar das mulheres negras e o impacto de sua atuação para a constituição da diáspora negra. Como também para as disputas ainda em desenvolvimento, que podem ser capazes de impactar, inclusive, a cultura global.

Assim, constatamos que a exclusão da presença das mulheres negras (a exemplo das mulheres indígenas e de outras pessoas e grupos) dos relatos da história política brasileira e mundial deve ser compreendida, principalmente, como parte das estratégias de invisibilização e subordinação destes grupos. Ao mesmo tempo em que pretendem reordenar a história de acordo com o interesse dos homens e mesmo nos tempos pós-feminismo, das mulheres brancas. O que permite apontar o quanto esta invisibilização tem sido benéfica para aquelas correntes feministas não comprometidas com a alteração substantiva do *status quo*.

A trajetória das mulheres negras relatada de forma breve e perigosamente linear aqui não nos permite afirmar que houve qualquer espécie de continuidade histórica entre

as diferentes organizações de mulheres negras se desenvolvem no Brasil na segunda metade do século XX e no século atual. Mas sim, que diferentes elementos circulantes e até então desconsiderados estiveram à disposição, estabelecendo nexos entre diferentes momentos e sujeitos, permitindo variadas singularizações.

Portanto, compreendo e reafirmo a importância das demandas e questões que justificaram e justificam as articulações heterogêneas que nos constituem como agentes políticas, como mulheres negras. Tais situações exigem de nós mobilização permanente e ações contundentes, uma vez que representam ameaças reais e palpáveis à nossa sobrevivência física, material e simbólica.

As diferentes frentes de luta que empreendemos, seja no interior dos movimentos sociais, seja nas esferas nacionais e globais, longe de representar somente um aprisionamento às regras do racismo patriarcal transnacional e estatal, traduzem nossa recusa à desagregação do que somos, à sublimação das condições materiais imediatas de vida e das necessidades de transformação social profunda, ou ainda a nossa não adesão às demandas burguesas de manutenção do status quo econômico e político que nos aniquila. Reconhecemos os perigos desta trajetória e o que pode representar de cooptação, de adesão aos modelos eurocêntricos que nos desqualificam, de abdicação ou retardamento da nossa afirmação a partir do princípio da autonomia.

De todo modo, ainda nos resta a tarefa inconclusa, ou pouco valorizada, de buscar a voz própria. Refiro-me à busca de outras formas possíveis ou desejáveis de expressão e representação do que fomos, do que poderíamos ter sido, do que desejamos ser, antes e além do eurocentrismo e suas pressões simbolizadas pelo racismo heterossexista, sua dominação econômica e seus ataques no plano simbólico. Ainda que nos reconheçamos múltiplas, mutantes, inconclusas.

Ou seja, nosso desafio é indagar a partir de qual ou quais formas poderemos, radicalizando os princípios das lutas ou os princípios feministas e suas contradições, nos colocar na arena pública em nosso próprio nome. Sem demasiada valorização do individualismo e tampouco reificando culturas e seus aspectos de subjugação, o que nos tornaria cúmplices das demandas da atual avidez pelo exótico, pelo diferentes, pela alteridade de consumo. Falando a voz de nossos desejos.

Este é nosso desafio. Mas não é só nosso.



Autoras

Fernanda Lopes

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1995), mestrado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (1999) e doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (2003). Atualmente é coordenadora das ações de saúde do Programa de Combate ao Racismo Institucional, uma iniciativa que reúne Governo Brasileiro e Agências do Sistema Nações Unidas, com apoio do Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional. Pesquisadora do Núcleo de Estudos para a Prevenção de Aids da Universidade de São Paulo e do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, atuando principalmente nos seguintes temas: vulnerabilidade, hiv/aids, combate ao racismo, raça/etnia e saúde, direitos humanos, mulheres, iniquidades em saúde, políticas públicas de saúde. Foi Conselheira Nacional de Saúde (2006-2007). É membro do Comitê Técnico de Saúde da População Negra do Ministério da Saúde.

Julia Paiva Zanetti

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003). Integrou a equipe de Criola, como assistente e coordenadora de projeto voltado para adolescentes e jovens negras. Atualmente é mestranda em Educação pela UFF e pesquisadora do Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UFF.

Jurema Pinto Werneck

Possui graduação em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense (1986), mestrado em Engenharia de Produção pela Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia, UFRJ (2000) e doutorado em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007). Integrou o Conselho de desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (suplente). É Conselheira Nacional de Saúde. É coordenadora de Criola, organização não governamental fundada em 1992.

Lúcia Xavier

Assistente Social, formada pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente coordena CRIOLA, organização de mulheres negras com sede no Rio de Janeiro e secretaria a AMNB – Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras. É integrante como suplente do Comitê Técnico de Saúde da População Negra do Ministério da Saúde e titular do Comitê Técnico de Saúde da População Negra do Município do Rio de Janeiro. Em sua trajetória política destaca-se a participação como conselheira do Conselho de Promoção da Igualdade Racial/ SEPPPIR, 2003-2007; membro do Programa de Voluntariado das Nações Unidas, 2003 -2005, assessorando a Relatoria do Direito à Saúde do Projeto DhESC Brasil. E foi Subsecretaria Adjunta de Defesa da Cidadania da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro em 2002. Publicou diversos artigos sobre gênero e raça.

Maria Aparecida de Assis Protocolo

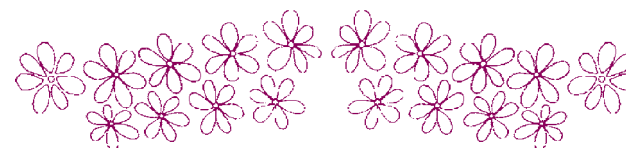
Possui graduação em Medicina pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1976), especialidade em Epidemiologia (ENSP), capacitação em Investigação em Sistemas e Serviços de Saúde (ENSP) e em Avaliação e Garantia de Qualidade em serviços e sistemas de saúde (ENSP). Tem formação em Medicina Social (UERJ) e Mestrado em Saúde Coletiva (UFRJ). Atualmente é médica de Saúde Pública da Prefeitura do Rio de Janeiro, atuando em serviço de Epidemiologia a nível local e programa de AIDS. Tem experiência na área de Epidemiologia; avaliação de programas e serviços; organização de serviços; tuberculose, hanseníase, aids, vigilância epidemiológica. Na área de ensino foi coordenadora de residência em saúde comunitária (UFRJ) e tem cerca de 24 orientações e coorientações de monografias de graduação e pós-graduação de instituições de ensino público. Na área de pesquisa, já participou de estudos sobre abandono de tratamento em hanseníase, tuberculose, avaliação de ensino e programas, aids e desigualdade social. Tem experiência na elaboração de material instrucional com metodologia da problematização, capítulos de livros, vídeos e slides. Já recebeu várias premiações em congressos nacionais e internacionais. Na vida política, atua como conselheira distrital de saúde da AP 3.1, representando o segmento dos trabalhadores de saúde. Integra a equipe de Criola.

Mônica Pereira Sacramento

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2001) e mestrado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2005). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal Fluminense, desenvolvendo pesquisa sobre a "Ação Coletiva da Juventude Negra". Faz parte do conselho editorial do Boletim do Observatório Jovem e é pesquisadora colaboradora da Universidade Federal Fluminense nos programas PENESB - Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira, Observatório Jovem do Rio de Janeiro e do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em relações raciais, atuando principalmente nos seguintes temas: ação afirmativa, currículo, juventude, comunidades tradicionais.

Nilma Bentes

Uma das fundadoras do CEDENPA - Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (1980). É graduada em Engenharia Agrônoma (atual UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia), com especialização em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicas). Entre diversas atividades, ligadas ao Movimento Negro, participou do Curso de Gerência Social para Desarrollo de las Comunidades Afrodescendientes de América Latina - Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) - em Washington DC - 2002. É autora do livro "Negritando" (1993), catalogado na bibliografia da temática negra.



Expediente

Organização • Jurema Werneck **Projeto Gráfico** • Luciana Costa Leite

Ilustrações • Heidi Lange **Tiragem** • 1.000 exemplares

Esta publicação contou com o apoio da **Fundação Heinrich Böll**

Missão • Instrumentalizar mulheres, adolescentes e meninas negras para ações de combate ao racismo, ao sexismo e a lesbofobia e para a melhoria das condições de vida da população negra.

Visão • Visamos a inserção de mulheres negras como agentes de transformação, contribuindo para a elaboração de uma sociedade fundada em valores de justiça, equidade e solidariedade, em que a presença e contribuição da mulher negra sejam acolhidas como um bem da humanidade.

No processo de operação de sua missão, Criola elege grupos prioritários de atuação – grupos de mulheres ativistas; líderes de religiões de matriz africana; catadoras e domésticas; adolescentes e jovens. Com eles trabalha a geração de informação, pesquisa e conhecimento sobre o contexto em que se inserem as políticas públicas, e a qualificação dessas mulheres em mecanismos de diálogo e intervenção junto a gestores públicos. Por meio desses instrumentos favorece a atuação conjunta desses grupos de mulheres negras na luta política pela conquista de respeito, reconhecimento e transformação nos padrões de qualidade de vida.

Criola elege • Criar e aplicar novas tecnologias para a luta política de grupos de mulheres negras • Produzir conhecimento qualificado por dados específicos sobre o contexto atual das questões de direitos • Formar lideranças negras aptas a elaborar suas agendas de demanda por políticas públicas e a conduzir processos de interlocução com gestores públicos • Incrementar a pressão política sobre governos e demais instâncias públicas pela efetivação de direitos, particularmente o direito à saúde, o acesso à justiça e à equidade de gênero, raça e orientação sexual.

CRIOLA tem recebido o apoio financeiro e político de diversos grupos e instituições ao longo dos anos. E conta com o suporte de parte significativa da comunidade negra para execução de seus projetos.

Responsáveis

Presidente • Mãe Beata de Iyemonjá

Diretoras Executivas • Guaraciara Matilde Werneck Maria e Tereza Antônio de Castro

Coordenação • Jurema Werneck e Lúcia Xavier





Criola é uma organização da sociedade civil fundada em 1992 e, desde então, conduzida por mulheres negras.

Criola define sua atuação com base em sua missão e visão institucionais, a partir da defesa e promoção de direitos das mulheres negras em uma perspectiva integrada e transversal.